

# Expresso

FRANCISCO PINTO BALSALIMÃO

MINISTÉRIO DE CARVALHO MOURÃO REIS DE BRAGA

REPUBLICA PORTUGUESA Nº 12 724  
DIÁRIO OFICIAL Nº 104



## Peru; Golpe militar afasta Avarado

Um golpe militar em Peru a presidente Belaúnde Zaldívar, de 86 anos, foi deposto de seu cargo em Lima, dando lugar a Francisco Morales Bermúdez. O novo presidente anunciou a suspensão da Constituição e a suspensão do direito de voto. A situação é considerada crítica e a possibilidade de um golpe militar é sempre mencionada.

## Conselho Nacional do PPD

Em 28 de agosto, às 20h, o Conselho Nacional do PPD reuniu-se para discutir a situação política e a estratégia do partido. O presidente do partido, António de Almeida, fez um relatório sobre a situação do partido e a necessidade de uma nova estratégia.

## Novo vice-presidente do grupo parlamentar do PS

Em 28 de agosto, o grupo parlamentar do PS reuniu-se para discutir a situação política e a estratégia do partido. O novo vice-presidente do grupo parlamentar foi eleito.

## Eleições Açor em São Estrela

Em 28 de agosto, as eleições para o Conselho Municipal de São Estrela foram realizadas. O partido vencedor foi o Partido Socialista.

## Ministério da Coordenação Económica reestruturado

O Ministério da Coordenação Económica foi reestruturado para melhorar a gestão da economia portuguesa.

## Fim de um dos impasses da crise V. Gonçalves na EMGFA e P. de Azevedo 1.º ministro

Com a renúncia de V. Gonçalves à EMGFA e a nomeação de P. de Azevedo como primeiro-ministro, um dos impasses da crise portuguesa acabou. A situação política tornou-se mais clara e a possibilidade de uma solução para a crise aumentou.

### Contratados

As eleições de 28 de agosto em São Estrela foram realizadas. O partido vencedor foi o Partido Socialista. O novo presidente do município foi eleito.

Com a renúncia de V. Gonçalves à EMGFA e a nomeação de P. de Azevedo como primeiro-ministro, um dos impasses da crise portuguesa acabou. A situação política tornou-se mais clara e a possibilidade de uma solução para a crise aumentou.

Com a renúncia de V. Gonçalves à EMGFA e a nomeação de P. de Azevedo como primeiro-ministro, um dos impasses da crise portuguesa acabou. A situação política tornou-se mais clara e a possibilidade de uma solução para a crise aumentou.

## Nyerere visita diversas cidades moçambicanas

O presidente da Tanzânia, Nyerere, visitou diversas cidades moçambicanas durante a sua viagem. A visita foi considerada um sucesso e fortaleceu os laços entre os dois países.



## Da "morte" do Directório às 2 táticas do PCP

Este artigo analisa a evolução da estratégia do PCP, desde a "morte" do Directório até às duas táticas atuais. Discute o papel do partido na sociedade portuguesa e as suas perspectivas futuras.

<p><b>Argolo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• "Não deixem perar a morte de Argolo" Pág. 12</li> <li>• "Confira e entenda" Pág. 12</li> <li>• "Confira e entenda" Pág. 12</li> </ul>	<p><b>Dois documentos polémicos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os deuses da facção de Arrigo Pág. 8</li> <li>• "Missa do 'vontoso garço'" Pág. 11</li> <li>• "Missa do 'vontoso garço'" Pág. 11</li> </ul>
---	--

Em 28 de agosto, as eleições para o Conselho Municipal de São Estrela foram realizadas. O partido vencedor foi o Partido Socialista.

## Na próxima sexta-feira: Assembleia do MFA deliberativa

A Assembleia do MFA reuniu-se para discutir a situação política e a estratégia do partido. O presidente do partido, António de Almeida, fez um relatório sobre a situação do partido e a necessidade de uma nova estratégia.

Em 28 de agosto, as eleições para o Conselho Municipal de São Estrela foram realizadas. O partido vencedor foi o Partido Socialista.

Com a renúncia de V. Gonçalves à EMGFA e a nomeação de P. de Azevedo como primeiro-ministro, um dos impasses da crise portuguesa acabou. A situação política tornou-se mais clara e a possibilidade de uma solução para a crise aumentou.

Com a renúncia de V. Gonçalves à EMGFA e a nomeação de P. de Azevedo como primeiro-ministro, um dos impasses da crise portuguesa acabou. A situação política tornou-se mais clara e a possibilidade de uma solução para a crise aumentou.

## PS (incluído) e PPD (excluído) respondem a PCP

O PS (incluído) e o PPD (excluído) responderam às acusações do PCP. O PS afirmou que não se aliou ao PCP e que mantém a sua independência política.

O PS (incluído) e o PPD (excluído) responderam às acusações do PCP. O PS afirmou que não se aliou ao PCP e que mantém a sua independência política.

O PS (incluído) e o PPD (excluído) responderam às acusações do PCP. O PS afirmou que não se aliou ao PCP e que mantém a sua independência política.

## OMEGA TIME COMPUTER

Além de relógio um computador no vosso pulso. Indicador das horas, minutos, segundos, mês e dia.



Omega S.A. - Geneve - Suíça



## Peru: Golpe militar afasta Alvarado

NO PODER desde Outubro de 1968, o presidente Juan Velasco Alvarado, do Perú, foi derrubado na tarde de ontem por um golpe militar dirigido pelo chefe do Governo e ministro da Guerra, general Francisco Morales Bermúdez.

O «pronunciamento» do ex-primeiro-ministro foi feito a partir da cidade de Tacna, no extremo Sul do país, junto à fronteira com o Chile. Os comandantes das cinco regiões militares do Perú proclamaram o seu apoio a Morales Bermúdez. O Palácio presidencial foi ocupado ao fim da tarde e o general Alvarado posto sob residência fixa a 25 quilómetros de Lima.

Não parece ter havido qualquer resistência ao golpe e na capital não se registaram quaisquer manifestações populares, quer de apoio quer de oposição ao golpe.

## Conselho Nacional do PPD

REALIZA-SE nos próximos dias 20 e 21 um Conselho Nacional do PPD, convocado pela Comissão Política e que deverá apreciar a oportunidade da próxima convocatória de um Congresso daquele partido.

Recentemente, a ideia do Congresso foi referida por Sá Carneiro, ex-secretário geral do PPD, numa entrevista que foi considerada por uma breve declaração de Emílio Guerreiro como um contributo, entre outros, para o debate a haver no Congresso.

## Novo vice-presidente no grupo parlamentar do PS

FOI ELEITO para o lugar de vice-presidente do grupo parlamentar do PS deixado vago por Rui Polónio de Sampaio, o deputado pelo Porto José Luís Nunes. José Luís Nunes é considerado da ala esquerda do partido, tal como o presidente e o outro vice-presidente do grupo parlamentar, respectivamente Lopes Cardoso e António Reis.

## Eleições hoje no Sind. Escritórios

NA PARTE do artigo sobre o movimento sindical que diz respeito às eleições para os corpos directivos do Sindicato dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa (que estão hoje a decorrer), saído na página 4 do último EXPRESSO, definiam-se incorrectamente as listas concorrentes devido a uma gralha.

De facto, quando se dizia: «Das duas listas concorrentes, a A considera-se antifascista e anti-social-fascista, enquanto que a B se enquadra na linha da actual direcção da Inter-sindical» — pretendia-se dizer:

Das duas listas concorrentes, a B (por um sindicato democrático, pela luta! pela unidade! pela vitória!) considera-se «anti-fascista e anti-social-fascista», enquanto que a A (na luta pelo socialismo, unidade dos trabalhadores) se enquadra na linha da actual direcção da Inter-sindical.

Fica assim reposta a verdade dos factos, desculpando-nos perante as duas listas pelas possíveis consequências da gralha.

## Ministério da Coordenação Económica reestruturado

DEVERÁ ser promulgado, na próxima segunda-feira, o diploma legal contendo a nova orgânica do Ministério do Planeamento e Coordenação Económica. Nele se reconvertem os actuais serviços, criando-se designadamente um Departamento Central de Planeamento.

Causou alguma estranheza o facto de, no Projecto aprovado, ter sido suprimida uma disposição referente à participação do pessoal na gestão do departamento, ao contrário do que tem sido expressamente aconselhado pela Secretaria de Estado da Administração Pública.

## Na próxima sexta-feira: Assembleia do MFA deliberativa

A ASSEMBLÉIA Geral do MFA estará na próxima sexta-feira em cumprimento de deliberação do Conselho da Revolução, de 25 de Agosto. Contudo, a convocação ainda não foi oficialmente feita, o que surpreende diversos círculos militares que consideram que a data e a ordem de trabalhos da Assembleia deveriam ser conhecidos com antecedência, e não à última hora, como tem sido usual.

A Assembleia poderá ser antecedida de Assembleias de cada ramo das Forças Armadas, com vista a estudar a reestruturação daquela em termos de representatividade democrática.

De acordo com a decisão do Conselho da Revolução, a

Assembleia do MFA deverá apreciar a reestruturação daquele Conselho.

Assim, muito possivelmente, não deixará de encetar problemas como o da representatividade do Conselho da Revolução como emanção da Assembleia do MFA; a situação do Directorio, que o próprio Primeiro-Ministro reconheceu ter fracassado; a posição dos subscritores do "Documento dos Nove".

Quanto, a este último ponto, recorda-se que na última Assembleia Geral do MFA chegou a ser apresentada uma proposta de detenção de conselheiros da Revolução do grupo dos 9 que aquela não compareceram.

Segundo círculos geralmente

bem informados, poderia ser proposta pela linha encabeçada por Varela Gomes a destituição daqueles elementos do Conselho da Revolução, o que poderia suscitar reacção de outros sectores da Assembleia.

Entretanto, tudo indica que a composição desta Assembleia será ainda a mesma do passado, não tendo feito vencimento as propostas apresentadas pelos 9 (vide notícia nesta página).

De facto, a Assembleia do MFA, nesta sua actual versão, tem como antecedente próximo a Assembleia "selvagem" do dia 12 de Março, de formação obviamente diversa da Assembleia que funcionou até ao golpe reaccionário do dia 11.

Já então foi o coronel Varela

Gomes que encabeçou o largo grupo de militares que se dirigiu a *Relém*, exigindo a presença do General Costa Gomes no plenário que se seguiu e tomaria deliberações fundamentais nos planos político e económico.

Depois, veio a ser publicada legislação genérica sobre este órgão, mas a sua composição era acusada de não ser democraticamente representativa das bases do Movimento. Desta acusação partilharam a Arma de Infantaria e depois o Plenário da Região Militar dos 9, e finalmente o Documento dos 9.

O Exército dispõe de 120 elementos, e é o ramo onde a representatividade interna é maior, embora nem todas as unidades

tenham representantes eleitos, e se verifique um predomínio de Lisboa, por exemplo sobre o Norte e o Centro.

A Força Aérea tem 60 lugares preenchidos por escolha feita pelos membros do Conselho da Revolução daquele ramo, sob proposta do Gabinete Coordenador afecto à 5.ª Divisão, que, na prática, determina a nomeação. Um terço dos membros oficiais são escolhidos entre os eleitos nas unidades mas compete ao Gabinete aceitar-lhos ou não. Os 14 sargentos são seleccionados pela Comissão de Sargentos e os 4 praças pelo Gabinete Coordenador acima referido.

*Continuar na pág. 3*

# Assembleia do MFA deliberativa

*Continuação de pág. 1*

A Armada tem 50 membros designados entre oficiais estabelecidos pelas organizações ditas "representativas" de oficiais, sargentos e praças.

Aliás, tanto na Força Aérea como na Armada já há casos de elementos que falaram na Assembleia do MFA num sentido desfavorável à linha Vasco Gomes e não apareceram na seguinte.

Atendendo a tudo isto, a última Assembleia do Exército reserva para o Conselho da Revolução a reestruturação da Assembleia do MFA e também apostou a falta de

proporcionalidade entre os efectivos dos vários ramos e bases representadas.

Entretanto, curiosamente, durante a presente crise político-militar, a Assembleia da Força Aérea nunca reuniu, por vontade do Chefe do Estado-Maior, que, em contrapartida, autorizou a realização de uma reunião de sargentos que terminou sem conclusões mas, ainda assim, a comissão respectiva emite um comunicado.

Fontes fidedignas asseguram-nos que membros do Exército poderão boicotar a próxima Assembleia do MFA, em virtude de não lhe reconhecerem democraticamente.

Ao mesmo tempo, o Regimento da Assembleia, que deveria

regulamentar o seu funcionamento interno ainda não foi aprovado até ao momento (já há seis decorridos 6 meses de actividade), existindo um projecto provisório que substitui temporariamente o documento definitivo, que falta.

Esta lacuna crucial tem, em certa medida, explicado a indefinição da competência da Assembleia do MFA, bem como os vícios-para muitos anti-democráticos no seu funcionamento.

Assim, quanto à competência, a Assembleia oscila entre a linha de Vasco Gomes, que defende a sua natureza deliberativa, e o sector que considera que legalmente lhe é só cometida uma função consultiva.

A primeira linha tem feito

vracimento e aprovado documentos políticos, que alguns partidos políticos têm considerado inconstitucionais (v.g. Documento-Guia).

Quanto ao seu funcionamento os vícios mais notoriamente apontados por diversos observadores são:

— A votação pública, impedindo o sigilo na escolha, e permitindo coações psicológicas (aliás este princípio da rejeição do sufrágio secreto tem sido defendido pelos PCP, MDP/CCDE e UDP, na Assembleia Constituinte);

— O desconhecimento das temas da ordem de trabalhos antes das reuniões;

— A ociosa e ignorância quanto a documentos essenciais, que são apresentados para aprovação imediata (assim a criação do Directorio).

Um caso típico é o das exposições políticas do Primeiro-Ministro, apresentadas em cima da hora,

e objecto de aprovação sem debate ponderado sobre elas.

Um outro caso típico é o das moções de apoio a Vasco Gonçalves, apresentadas pelo grupo de Vasco Gomes, se possível para aclamação. Neste domínio, as moções vindas da Comissão Nacional de Sargentos tem que desempenhar papel de relevo e L.º sargento Gil membro do gabinete do próprio Vasco Gonçalves tem sido peridicista.

Finalmente, algumas vezes se tem verificado a detorção das deliberações da Assembleia do MFA por meios de comunicação social. Foi o caso do chamado Documento/Guia, que resultou de debates de textos numa Assembleia do MFA no Alentejo, e numa Assembleia do Estreito, e que foi aprovado por nova Assembleia do MFA na generalidade, e foi depois considerado como definitivo nas suas formulações na especialidade.

## PS (incluído) e PPD (excluído) respondem a PCP

APROPOSTA apresentada anteriormente à noite pelo PCP para a resolução da crise actual, apoiou, no plano das alianças políticas, para uma eventual plataforma de entendimento com o PS que, nessa perspectiva, integrara um bloco onde, além das diversas «linhas» do MFA, estariam igualmente representadas as organizações que com o PCP compõem a Frente Unitária Popular.

Entretanto, o PRP-BR, um dos componentes da FUP, ataca a aliança com o PS agora proposta pelo PCP, dissociando-se da iniciativa. Por seu lado, o PPD, excluído da proposta de plataforma do Partido Comunista, reagiu contra a «marginalização e as acusações formuladas por Álvaro Cunhal, na conferência de imprensa de antecedente, em que o secretário-geral do PCP considerou aquele partido «responsável directo e imediato pela violência». Com efeito, respondendo a questões do «Le Monde» e da «France Presse», Cunhal concretizou a sua acusação ao PPD, afirmando: «Para explicar este facto poderia convidar-vos a irem a algumas localidades do País e a algumas regiões nos meses, que antecedem os assaltos e as violências fascistas

contra instalações de partidos, sindicatos e mesmo contra as casas e instalações pessoais de democratas. Podéis ver que os dirigentes locais do PPD prepararam todas essas violências no terreno político.» Segundo Álvaro Cunhal, se o PS tem responsabilidades na eclosão das violências devido à sua «campanha anti-comunista», o PPD «participa imediata e directamente na preparação psicológica dessas acções de violência. Sai-se de uma manifestação do PPD para os assaltos e incêndios. Há uma conexão muito estreita entre os grupos reaccionários que levam a cabo essas acções de violência e acção política do PPD.» Ilustrando as suas afirmações, o secretário-geral do PCP sublinhou: «Recentemente estava preparada uma manifestação do PPD nas Caldas da Rainha. Começaram a circular ameaças de assalto ao Centro de Trabalho do Partido Comunista, seguindo a forma habitual e desenvolvimento dessa ameaça. Do Comité Central do Partido Comunista foi feita uma ligação telefónica para a direcção do PPD, chamando a atenção para a situação nas Caldas da Rainha, e dizendo que tornávamos responsável o PPD por qualquer assalto ou violência contra as instalações do Partido Comunista. A direcção

do PPD foi muito gentil em relação a este telefonema e disse que ia tomar medidas. E parece que fomos medidos. Porque teve lugar a manifestação do PPD nas Caldas da Rainha. Quanto ao assalto, sem ameaça. Este caso mostra bem que o PPD tinha o controlo dos grupos de provocadores contra-revolucionários que preparavam o assalto à sede do partido. A intervenção do PPD foi uma intervenção de muito interesse, mas seria de muito maior valor se essa intervenção tivesse lugar em relação a algumas cinquentas ou cem localidades onde, depois de manifestações do PPD, tiveram lugar violências fascistas-de comandos organizados do ELP e de outras organizações clandestinas reaccionárias.»

Entretanto, referindo-se às relações do PCP com o PS, Álvaro Cunhal declarou, nomeadamente:

«Temos muitos contactos com o Partido Socialista. Há muitas localidades onde as organizações do Partido Comunista têm contactos com as organizações do Partido Socialista. Há mesmo casos em que há uma cooperação estreita. Há casos em que houve reuniões protagonizadas de organizações locais comunistas e socialistas para estudar as formas de

acção comum.»

Depois de salientar que o PCP deu instruções unilaterais a todas as suas organizações para procurarem formas de cooperação com as organizações socialistas, Cunhal sublinhou: «Tomámos esta posição unilateralmente, independentemente da posição da direcção do partido Socialista. Mas a direcção do Partido Socialista tomou posição totalmente contrária, proibindo de certa forma os seus militantes de estabelecerem relações com os militantes das organizações do Partido Comunista.» O secretário-geral do PCP esclareceria ainda que, nos últimos tempos, «não estabelecemos contactos com a direcção do Partido Socialista».

Faz as posições defendidas pelo secretário-geral do PCP e à proposta apresentada pelo PCP para a solução da crise, Mário Soares, secretário-geral do PS, e Rui Manchete, secretário-geral adjunto do PS fizeram as seguintes declarações ao EXPRESSO:

**Soares: «O PCP tem de optar».**

O PS não muda de política cada oito dias, de acordo com as indicações oportunistas ditadas pela evolução da conjuntura po-

lítico-militar. A Comissão Directiva e o Secretariado Nacional do PS definiram, desde o início da crise, a posição de fundo do nosso partido no documento intitulado «Vencer a crise, Salvar a Revolução». A análise então feita continua válida e actual bem como as medidas de emergência preconizadas. Apesar do PCP considerar então «salarmistas» a posição do PS, hoje fala em risco de «guerra civil» e em «emissão de conflitos armados». Do documento citado decorrem os comentários que julgo oportuno adiantar, desde já, relativamente à proposta ontem feita pelo Dr. Alvaro Cunhal — sem prejuízo de um estudo mais atento feita pelo Secretariado do PS sobre as razões de ser, a oportunidade, o fundamento e o alcance prático da Conferência de Imprensa do PCP:

1.º — Ninguém pode negar a gravidade da crise político-militar que o País atravessa e a acelerada deterioração do ambiente social, económica e de relações humanas que se vive em Portugal.

2.º — O descontentamento popular generalizado, as divisões que se vêm cavando entre as forças democráticas, os antagonismos profundos que se geraram

no próprio seio do MFA, estão a abrir o caminho à contra-revolução e a propiciar o desenvolvimento de toda a espécie de manobras reacçãoárias. A Revolução está em risco de perder-se. A sua base social de apoio restringe-se perigosamente. É, mais grave do que tudo, a paz civil entre os portugueses está seriamente ameaçada.

3.º — O governo ultra-minoritário de Vasco Gonçalves, pela sua obstinação em se agarrar ao poder, contra a vontade expressa da grande maioria dos portugueses e do próprio MFA, tem as maiores responsabilidades na situação crítica em que o país se encontra e no seu progressivo agravamento, a todos os níveis. A demissão do governo de Vasco Gonçalves — que devia aliás ter ocorrido há várias semanas já — é pois uma condição prévia, indispensável, à abertura de quaisquer negociações sérias. Sem isso nada é possível tentar no sentido de superar a actual crise.

4.º — Importa igualmente reconhecer que a Direcção do PCP tem também graves responsabilidades na eclosão da actual crise. Foi o PCP que empurrou uma reduzida facção do MFA para

Continua na pág. 12



# PS, PPD e a «plataforma» PCP

Continuação de pág. 1

uma política aventureirista de tomada do poder, por métodos anti-democráticos, com vista a estabelecer em Portugal uma ditadura militar-comunista, dita «democracia popular» (a expressão foi utilizada num impulso irreflexivo pelo 1.º Ministro, no seu último discurso em Belém).

Essa política aventureirista — votada de resto, a um fracasso certo pela oposição popular e ainda por razões geo-estratégicas — dividiu profundamente as forças democráticas e criou o próprio MFA, cuja plataforma de acordo, expressa no programa do MFA, passa pelo respeito do pluralismo e da democracia política, como via para chegar ao socialismo.

5.º — Sem uma profunda mudança de orientação, o PCP pode à vontade falar de «amplas liberdades» mas não convence ninguém. A sua prática política anti-democrática, as suas pretensões hegemónicas, permanentemente impostas, o seu horror à democracia política, falam mais alto, nos meios de informação estatizados, nos sindicatos controlados, a todos os níveis do aparelho do Estado. É isso que explica o fenómeno de súbita rejeição popular contra o PCP que se está a verificar em grande parte do País e em amplos sectores sociais, incluindo a classe operária. É indispensável, pois, que a direcção do PCP faça a sua auto-crítica e renuncie à política de assalto ao poder por métodos anti-democráticos. É indispensável que convença o povo português com fac-

tos, e não com palavras, que é um partido respeitador da democracia política, um partido de massas, disposto a acatar a vontade popular, e não mais um partido extremista e irresponsável que joga em permanência no golpismo anti-democrático.

6.º — A tática em ziguezague seguida pela direcção do PCP, nos últimos tempos, com volte-faces espectaculares, não tem facilitado o necessário entendimento entre as forças democráticas, condição essencial para a solução da crise. Só tem servido para dar testemunho público do isolamento e do desespero em que se encontra a actual direcção do PCP. Com efeito, o PCP tem de se decidir por uma política responsável, articulada no respeito pela democracia e pela vontade popular — portanto na base do entendimento com os partidos maioritários — ou por uma política extremista, assente na aliança de uma pseudo-vanguarda desligada das massas populares e determinada ao assalto do poder pela força, jogando no activismo de certos sectores pseudo-revolucionários de Lisboa contra o resto do País. As duas políticas são incompatíveis. O PCP tem que optar. Ou uma vasta coligação PS-PPD-PCP, regressando ao compromisso entre a soberania popular (Assembleia Constituinte) e a legitimidade revolucionária, representada por um MFA unido ao redor da plataforma inicial do seu programa e dos seus dirigentes históricos ou, então, o vanguardismo golpista do Gonalvismo mais a 3.ª Divisão, tendo por apoio política a aliança contra-natura entre o PCP e seus satélites conhe-

cidos e alguns dos grupos extremistas, que ainda há tempo o PCP considerava como aliados objectivos do imperialismo». O PCP não pode apontar na conferência de imprensa de Alhandra para uma política de abertura e de diálogo com os socialistas, dois dias depois, a pretexto da iminência de um imaginário golpe da reacção, regressar ao apoio incondicional ao governo de Vasco Gonçalves, uma semana após fazer uma aliança com grupúsculos da extrema-esquerda, na linha da Frente de Unidade Popular preconizada por Vasco Gonçalves e Mário Murteira, para, após o fracasso da manifestação da «Frente Unitária Revolucionária» e das vaias ao Presidente da República, vir de novo propor a unidade com os socialistas e com o grupo dos 9, que tão severamente assenara.

## «Acordo público entre os partidos maioritários»

7.º — O PS não faz uma política «putschista» porque não pretende ser um grupo de pressão deste ou daquele sector militar. É um grande partido popular e nacional que faz, portanto, uma política de massas, confiado tão só no seu imenso apoio popular.

O PS propõe uma política que possa ser entendida pelo Povo Português, uma política de alternativa, que resolva os problemas concretos dos trabalhadores, que defenda os seus interesses e aspirações profundas, que possa vencer a crise e salvar a Revolução. O PS não acredita na viabilidade de uma revolução feita contra a

vontade popular. Não acredita numa revolução que não assente na vontade popular, que não assegure a independência nacional, subtraído o nosso País às confrontações das super-potências e dos imperialismos rivais.

O PS considera que é necessário, para superar a crise, um projecto político comum, que seja exequível aqui e agora em Portugal, atento às realidades portuguesas e aos condicionamentos geo-estratégicos do nosso País. Esse projecto político comum tem que resultar de um acordo público entre os partidos maioritários — PS, PPD, PCP — na base dos compromissos firmados pelo MFA, nomeadamente o Pacto entre o MFA e os Partidos. Esse projecto político comum passa pelo respeito pela democracia política e pela renúncia a todos os golpes de força que visem ao assalto do poder por processos não democráticos. Passa pelo respeito pela vontade popular. Passa pela imediata constituição de um Governo de Unidade e Salvação Nacional, constituído ao redor de uma personalidade independente e apertidária do MFA, governo que seja capaz, pelo apoio popular de que goze, de consolidar as conquistas revolucionárias, a democracia e de fazer avançar a Revolução.»

## Machete: «O PPD é indispensável»

«O Comité Central do Partido Comunista na sua «Proposta para a solução da crise actual, lida ontem por Alvaro Cunhal no decorrer de uma Conferência de Imprensa, sugere a realização de um encontro entre as princi-

país forças políticas que podem contribuir para a solução da crise que vivemos. Ao omitir intencionalmente, nesse convite, o Partido Popular Democrático, o dr. Alvaro Cunhal evidencia uma vez mais o seu irrealismo na apreciação do peso relativo das forças políticas e a obstinação do seu sectarismo ideológico, ou então... o seu profundo desprezo pela vontade do Povo.

O Partido Popular Democrático, o apoio constante dado ao seu Programa e aos seus dirigentes por uma substancial e significativa parte do Povo português, constitui um movimento político cujo concurso é indispensável para se sair do presente impasse.

A crise actual foi sobretudo criada pela persistência na imposição de um Governo contra a vontade da maioria do Povo português e pela manutenção como Primeiro-Ministro de um homem que, em termos políticos, só goza de credibilidade junto dos comunistas e dos seus parentes próximos, isto é, junto de uma minoria.

Apenas para toenar menos patente o carácter insignificativo da sua proposta, o PC procura aliciar um grande partido democrático, o PS. Estamos certos que o respeito que o querer popular e a democracia merecem ao Partido Socialista, levá-lo-ão a não pactuar com semelhante atitude.

Com propostas deste jaez não chegaremos a qualquer resultado positivo.

As tentativas do PCP de marginalizar o PPD já datam de há bastante tempo — lembremos que em seguida ao 11 de Março os comunistas defenderam a nossa exclusão do novo Governo — e são coincidentes com os esforços que aquele partido vem desenvolvendo de, em clara violação do Programa do MFA, tentar transformar a evolução para um socialismo pluralista e em liberdade numa outra coisa bem diferente: numa democracia popular de tipo soviético, monolítico e sem liberdade. É manobra que denunciámos.

Nós somos um dos mais sólidos garantes da democracia. A social-democracia, nos países

em que, imperfeitamente embora, tem sido aplicada, nunca degenerou em ditadura; o marxismo-leninismo sim, e não só uma vez, mas sempre.

## •Condenamos a violência•

O Partido Popular Democrático não enjeta o diálogo. Mas é necessário que todos os participantes respeitem o espírito democrático. O PCP, agora ligado a grupos de extrema-esquerda, carece de evidenciar esse espírito, para ser um interlocutor válido.

Uma última palavra sobre a referência feita por Alvaro Cunhal sobre pretensas conivências ou ligações entre dirigentes locais do PPD e os ataques de que têm sido objecto as sedes do PC um pouco por toda a parte.

Nós condenamos e sempre condenamos a violência seja de quem for e contra quem for. Nesse sentido, sempre se tem dado instruções rigorosas aos nossos militantes. Somos um partido com amplo apoio popular para além do círculo dos nossos membros, e é impossível impedir que um vago simpatizante nosso ou que como tal se diga, porventura com instintos inconfessáveis, venha a praticar-se repováveis.

O mesmo tem acontecido também com simpatizantes do PC que se notabilizaram em acções contra as nossas sedes e comícios. São tudo actos condenáveis, mas pelos quais os partidos não podem ser responsabilizados.

No que se reporta ao exemplo dado nas Caldas da Rainha, há um motivo especial que explica as cautelas que procurámos tomar, a pedido do PCP. Um nosso militante tinha, há pouco tempo, sido assassinado por um comunista por motivo de fútil discussão política. Na exacerbação dos ânimos que se seguiu era normal previrem-se excessos. Daí que, em relação aos nossos militantes e só a esses, se tivesse procurado evitar que actos inconsiderados deteriorassem ainda mais o clima que então aí se vivia. Eis a explicação, bem simples afinal, da pretensa oprovação apresentada pelo dr. Cunhal.

# Semana Nacional

## MPLA e UNITA acordam cessar-fogo

FOI ONTEM atingido um acordo entre o MPLA e a UNITA, ao cabo de uma semana de conversações secretas perto de Lisboa, algumas das quais contaram com a presença do Presidente da República. Acordou-se num cessar-fogo imediato e num regime de troca de prisioneiros, abrindo-se assim caminho para que haja condições para a proclamação da independência na data prevista de 11 de Novembro.

Recorde-se que, devido à instabilidade criada pelos afrontamentos entre os movimentos, contrariando o acordado em Alvor, decidira o Governo português, no passado dia 13, assumir transitoriamente a administração do território, através do alto-comissário interino general Ferreira de Macedo. Anuncia-se agora que este será substituído na próxima semana pelo general Leonel Cardoso, até agora comandante naval em Luanda e considerado muito próximo de Rosa Coutinho. Espera-se que o acordo hoje atingido abra novas perspectivas de colaboração entre os Movimentos e o governo português.

Entretanto, em Lima, representantes do MPLA e do FNLA acusavam-se mutuamente da responsabilidade do prolongamento dos reconstruções armadas. Enquanto Paulo Jorge do MPLA acusava a FNLA de estabelecer uma ponte aérea a partir do Zaire para fornecimento de armas e mercenários e de receber o auxílio da África do Sul, este movimento acusou o social imperialismo soviético, referindo os navios daquele país que forneceram armas ao MPLA. (Ver mais notícias sobre Angola pág. 12).

## Soldados da PM contra os embarques

SOLDADOS da Polícia Militar distribuíram anteontem à população de Lisboa, do Rossio até Cabo Ruivo, um comunicado explicando a posição assumida pelo plenário da sua unidade face ao que consideram ser «a guerra neo-colonial», traduzida na continuação dos embarques de tropas para Angola. A divulgação da moção aprovada pela PM foi firmemente desaconselhada aos órgãos de Informação através de um «telex» transmitido às redações pelo COPCON. Mas, depois de ter sido publicado pelo «Luta Popular» diário — com destaque de primeira página — outros jornais divulgaram o resultado do plenário referido, que se realizou no passado dia 27.

Entretanto, iniciou-se um processo de solidariedade com a posição dos soldados da PM que se recusam a embarcar para Angola. De registar o apoio da comissão de trabalhadores da Timex, que convida todos os outros trabalhadores a tomarem medidas concretas visando colocar-se ao lado dos «operários e camponeses fardados».

## A direita alerta

SPÍNOLA fez mais uma vez esta semana afirmações a que a imprensa brasileira deu grande realce, onde nomeadamente o ex-general se afirma disposto a «lutar até ao fim pela libertação do seu país», confessando estar ligado ao Movimento Democrático de Libertação de Portugal e ter planos para o momento que Portugal atravessa.

Por outro lado, em entrevista concedida à UPI, Spínola preconiza um regime cujos principais objectivos sejam a liberdade, trabalho, justiça e progresso e referindo-se a Otelo e Gonçalves esclarece que não os acha «homens fortes».

Um jornalista brasileiro perenente ao semanário «Opinião», depois de comentar estas e outras afirmações, diz haver já cerca de 16 000 mil homens no norte de Portugal, em estreita ligação com o ex-general e que poderiam atacar o nosso país a partir de Vigo ou Santiago de Compostela.

Fontes geralmente bem informadas afirmam, por outro lado, que Sanches Osório chegou recentemente a Portugal, enquanto Alpoim Calvão teria sido visto no Porto há já algumas semanas.

## Armas roubadas na Malveira

NUMA operação que apenas durou dez minutos, dois homens de fato camuflado e pistolas metralhadoras «FBP», roubaram na passada quinta-feira, numa espingardaria da Malveira, cerca de cinquenta armas, de que apenas quatorze eram novas. Este acto foi levado a cabo com a cumplicidade de outros dois indivíduos que tinham por missão transportar as referidas armas para uma viatura estacionada perto. Dentro da espingardaria encontravam-se o sócio gerente e cinco empregados que não foram molestados. Até hoje têm-se revelado infrutíferas todas as tentativas conducentes a desvender este caso.

## Alterado o imposto sobre sucessões e doações

O CONSELHO de Ministros ante-ontem reunido, aprovou entre outras medidas, aquela que prevê a alteração do imposto sobre sucessões e doações, pretendendo-se que este actue como «um instrumento contra a acumulação individual de riqueza e de fomento do avelamento de patrimónios».

Assim, esta alteração far-se-á sentir principalmente nas taxas a pagar pelos interessados.

De referir ainda, que ao contrário do que se passava anteriormente em que a taxa máxima só era aplicada ao excedente a 50 mil contos, esta passará a partir de agora a ser aplicada a todas as transacções superiores a 10 mil contos.

Acrescente-se, que serão privilegiadas as transacções entre cônjuges e a favor de filhos menores ou interditos, e não será reconhecido significado ao parentesco para além de irmãos.

Por outro lado, foram revistas algumas isenções que virão a beneficiar largamente o cônjuge.

## Controladores de tráfego: novas condições

NA TERÇA FEIRA, o Conselho de Ministros apreciou, entre diversos diplomas de carácter económico, referidos noutra local, o referente ao estatuto dos controladores de tráfego aéreo, reformulando as categorias e adequando-as melhor às funções a desempenhar, fixando o horário semanal em 35 horas assim como um regime especial de aposentação, mais de acordo com a dureza da tarefa desempenhada e melhor assegurando também a segurança dos passageiros que serão servidos por pessoal em melhores condições físicas e psicológicas.

## O MEIC toma medidas diversas

O MEIC tornou pública esta semana algumas medidas que apontam no sentido de pretender concretizar a política de austeridade tantas vezes anunciada à Nação. A falta de definição de uma política de conjunto, começa-se por menores. Assim, esta semana, decidiu o Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica «que todos aqueles a quem forem concedidas bolsas de estudo pelo IAC ficarão obrigados a prestar serviço em departamentos do Estado em tempo inteiro durante um período igual a três vezes o tempo de duração da bolsa, até ao máximo de seis anos». Declarou igualmente o MEIC que não passara certificados que permitissem obtenção de dividas para candidatos a cursos no estrangeiro pois, além de pretender evitar a saída de dividas, considera-se que não é momento oportuno para se ir estudar fora do país. Outra pequena medida postual: economia nos modelos de diplomas de curso que deixarão de apresentar o solene aspecto tradicional para passarem a ser policopiados em série.

# Da «morte» do Directório às 2 tácticas do PCP

O FRACASSO do Directório (instituições sobre instituições estão a nascer, mortas, em Portugal) e a recusa à última da hora, por parte do general Fábão, chefe do Estado Maior do Exército, em permitir ao governo, já praticamente feito, o que prolongou esta modalidade da crise dos Provisórios, são duas das notas mais salientes da semana. Cada vez aparece com mais evidência o choque entre os projectos precipistas e o dos "Nove". Mencionamos apenas dois d'ou, pois todos os documentos e vários projectos que vão sendo lançados progressivamente para a mesa das jogadas políticas, mais não tem sido, até agora, que variantes dos mesmos temas.

Neste contexto deve ser entendida a renitência de Vasco Gonçalves em abandonar o governo, bem como as demarches de fresca data, conduzidas pelo PCP, directa ou indirectamente, não importa (como muito bem disse Vasco Gonçalves, o problema não é de personalidades, mas de linhas políticas) para largarem de mão o actual primeiro-ministro no cargo que ocupa, catapultando-o para Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas. No lugar de Primeiro Ministro ficaria Pinheiro de Azevedo, homem que não faria correr riscos aos projectos precipistas e, por outro lado, com facilidade Vasco Gonçalves analisaria Otelo Saraiva de Carvalho no Copcon, Copcon este onde cada vez mais é visível, entre outras, a linha PRP/BR, agora praticamente empalmada pelo PCP, dando inteira razão aquelas que têm classificado o PRP como neo-revisionistas. A FUR é sintoma claro, emboara a marcha atrás comece a fazer sentir-se. A renitência de Vasco Gonçalves em abandonar o lugar, deve, por conseguinte, ser levada à conta de um projecto político em actualização. Não se deve atribuir à tolimolia de um homem

que se agarra ao poder pelo poder. Ela significa a permanência, continuação e refinamento de uma linha política de que Vasco Gonçalves é, por enquanto, um dos seus mais importantes da cadeia. Trata-se da linha do Partido Comunista Português, confundida em Portugal, nesta modalidade que é a que aparece aos olhos do público, por Alvaro Cunhal, hoje como ontem, o mais rígido defensor do sovietismo enquanto tal expressão significa conquista do poder a partir de cima. Veja-se a actuação de Alvaro Cunhal, por ocasião da invasão da Checoslováquia pelas tropas de Moscovo, ao percorrer a Europa, explicando aos partidos irmãos a justiça da actuação da União Soviética, aliás muito mal recebido pelo Partido Comunista Italiano e Espanhol, para citar apenas os, neste particular, dominantes. Alvaro Cunhal é, desde os velhos tempos, um elo da cadeia do comunismo soviético, tipo funcionário obediente que não discute ordens. Sendo como sempre foi um anticolonialista, chegou a causar surpresa aos Movimentos de Libertação que se batiam contra o regime caetanista ao defender a abertura comercial (nesse tempo) dos países de Leste a Portugal, contra a prática e tectia política da Frelimo, MPLA e PAIGC, que pretendiam isolar o nosso país por todos os meios. Aliás este assunto ainda recentemente foi ventilado no seio da Frelimo, aquando da visita de Carlos Costa e Carlos Brito.

Não deixa de ser significativo, também, neste contexto, o editorial de anteontem, do Pravda, recomendando a todos os partidos do tipo do soviético que endureçam a sua actuação face aos partidos maosistas, que para ele Pravda, representam um novo tipo de imperialismo.

## A «morte» do Directório

Que o Directório já havia morrido não é novidade para ninguém. Vasco Gonçalves, no entanto, disse-o no "Le Monde". O Diário de Notícias transcreve-o na primeira página, bem à vista. Disse que o Directório fracassou na sua missão de restabelecer a autoridade em Portugal. E como não podia fracassar se foram transferidos para o selo do Directório todas as contradições existentes na anterior coligação, governamental? Cada homem representa nele a sua concepção política. Costa Gomes, como ficou bem claro, no discurso que fez na manifestação da FUR, representa, pelo menos ao nível do verbo, a tolerância, o querer usar todas as forças políticas, o pluralismo na esfera constituinte. Por isso, o Presidente foi vaiado e associado na manifestação que, no fundo, apoiava a linha vaquista que mais não é que a linha copeana. Vasco, como já o dissemos, é um homem do PCP. Aí diz-lhe apenas queremos informar os leitores. Mais nada. Os nossos leitores são povo e o povo deve

conhecer as linhas com que se enosa, pois é "ele quem mais ordena". Conter, estar por lebre é que não vale. E que os ociosos continuem a afirmar que Vasco Gonçalves é homem do PCP. Mas como o ditório "Assate" falava durante o governo como se ele fosse apertadinho, é sempre bom esclarecer as coisas. A prática política do primeiro-ministro é, por demais evidente, para o deixar escondido. Nem era necessário a afirmação de Saramago no "Diário de Notícias", contrariado pelo partido de Cunhal, Saramago, por sua vez, destacado militante do PCP e director-adjunto (na prática o director) daquele matutino, ao escrever que sem Vasco é impossível o socialismo em Portugal. Onde está escrito socialismo, deve ler-se, por uma questão de exactidão, regime do tipo soviético, como, aliás, escreveu, Francisco Sousa Tavares no "Jornal Novo" de 28, o qual conta um episódio significativo do que temos estado a dizer. Diz Sousa Tavares: "Em 1959 abandonou a Revolução — está a referir-se a Vasco Gonçalves — (já então se suas acções coincidiam disciplinadamente com as do PC) quatro dias antes da hora marca-

da, deixando a três milicianos — entre os quais o autor destas linhas — a tarefa difícil do assalto a Cadacadores 5, Vasco Gonçalves sobrepunha a sua ideologia pessoal ao interesse comum, e movimenta a sua total incapacidade para uma obra de colaboração colectiva assente na tolerância e respeito pelos outros". Vasco Gonçalves abandonou os companheiros de conspiração, na altura em que se retirava os membros do PC. Como apontamento curioso acrescentamos que não amiga fez-nos chegar uma lista de intervenções na preparação da tal conjura, onde conseguimos identificar todos os elementos do PC, cujos nomes ali inscritos são evidentemente falsos, não tendo, porém, conseguido decifrar, quem é um tal Camarada Teófilo constante da mesma. Tratam-se, apenas, de uma caricatura da nossa parte que contudo não conseguimos ver satisfeita. Pode ser que algum dos leitores conheça e nos queira informar.

Deixando-o assim por agora, Vasco Gonçalves, enquanto instrumento-funcionário do PC, resta-nos Otelo Saraiva de Carvalho, o homem que parte a loiça toda na sala de jantar quando já a

mesa está posta. Otelo é um militar de estrutura revolucionária, para quem a política é uma espécie de teatro. Tem evitado ao nível da classificação da consciência, embora, por enquanto, se não possa dizer que a sua consciência, como coisa definida e assente. Na prática do dia a dia vem-lo sempre ao lado dos trabalhadores. Isto ao nível da causalidade. Ao nível das grandes decisões e projectos, vem-lo flutuar, com frequência, prestado-se a que os jornais, de harmonia com as suas vintelações partidárias, lhe atribuíam esta ou aquela aliança. E, no entanto, por comportamento incapaz de se aliar as

PCP e, por consequente, a Vasco Gonçalves. O petegripo PRP/BR que antes o acarinhava ver-se-á, agora, em certas dificuldades, dada a recente prática política que se realizou em Alameda. E se a dedução de teor político que estamos a fazer, deduzes essas mais que fundamentadas, não chegassem para tal provar chega a carta que Otelo escreveu a Vasco e que passamos a transcrever: A carta é datada de 20 de Agosto e nela Otelo, pede, em termos nada meigos, que Vasco Gonçalves se retire.

## «Companheiro Vasco tem de ser dispensado»

"Recebi hoje", escreve o comandante da dependência das 12 horas, um telegrama do Fábulo, informando-me de que o primeiro-ministro se deslocara, amanhã, em visita ao RIOQ e que, na sexta-feira, 22, assistiria ao juramento de bandeira no MFA.

Nesta nota pessoal — utilizando o tal processo que nos propomos de nos dizermos as coisas, cara a cara, quero dizer-lhe que, na minha qualidade de Comandante Operacional do Contingente a Governador Militar de Lisboa, funções de que pelo MFA fui encarregado, e, mai ou bem, vou desempenhando, não autorizo as suas visitas a Unidades militares sob a minha jurisdição. O teor do comunicado que no dia 16 lhe escrevi a Nação e o discurso — triste discurso — que fez perante o "Ansi" público, anteriormente em Alameda, aliado à posição que perante si, frontalmente, tenho tomado, levam-me a esta atitude.

Sei que ficará chocado e adúltero como reagir, já o conheço o suficiente para o saber. E quero, antes que pense o contrário, afirmar-lhe que, neste momento, estou serenamente em casa, aguardando que minha mulher me chame para o almoço, totalmente livre de qualquer "perdição" tal qual a que sobre mim pudesse pesar.

E, portanto, uma atitude pessoal. Compreende-a de certo, em consequência do que lhe tenho afirmado em reuniões do Directório ou alargadas aos Chefes dos Estados-Maiores. Embora S. Exa. o Sr. Presidente da República não o faça, eu afirmo-lhe, em nome do MFA, que não me considero de um nível que possa falar o que pelo menos, em nome de um Movimento que considero mais puro e que,

regressando às origens apelidada do Movimento 25 de Abril" que o companheiro Vasco tem de ser dispensado. Concordo contigo. E o MFA que tem de assumir as suas responsabilidades e demitir. Eu, antoniam, digo-lhe que sim, que o demitir em nome do MFA. No entanto, depois disso e querendo dizer-lhe como, aliás, escrevi, que a amizade, ou indelicado perante tão grave revolução do general Costa Gomes hoje concesso, companheiro Vasco resolve começar a visitar Unidades militares. Lembra-se de que, em certo espaço de tempo, o comparei já a Spínola e a Salazar, por motivos diferentes e opostos e confirmo essa semelhança real, embora crítica com antagonismo. O seu pacífico discurso de antoniam em suas abidas e lastimosa necessidade de visitar Unidades Militares recordam-me, dolorosamente, os procedimentos suspeitos de António de Spínola, antes de 28 de Setembro. As Unidades militares não devem nem poder servir, sobretudo nesta grave crise, quando os homens do 25 de Abril repensam e desenvolvem a sua política de realização de comícios "tipo Alameda". Tenha paciência, meu Caro Amigo, mas a minha verena é total.

Percevermos juntas e com muita amizade, um certo longo caminho da nossa História. Agora, companheiro, espere-se-nos. Já estamos dentro da realidade concreta deste país ao assim proceder. Como dita Miso — citando os clássicos... — um revolucionário deve estar sempre com as maiores populações. E é com elas que devemos ramilhar em frente na Revolução que é e se que nacional.

Não se faça servir com essa da ciência histórica da direita com "extrema-esquerda" Alameda um dia

havemos de conversar sobre isto. Já continuarei em frente, pois, com o meu estado intuitivo e não classificado da Revolução, no que se exige de sacrifício, de sangue e recusa, e com a minha, tão proclamada por si, "falta de visão política". Penso que a orientação que devemos dar à Revolução a posteriori é a mesma que a tivemos em benefício do povo que é o nosso no país real em que habitamos.

Peço-lhe que descanse, repouse, serene, medite e leia. Bem necessária de um repouso muito prolongado a luz acolhida pelo que esta maratona da Revolução de si exigiu até hoje. Pelo seu patriotismo, a sua abnegação, o seu espírito de sacrifício e de revolucionário.

Com magna e com muita amizade, um abraço companheiro de Otelo Saraiva de Carvalho.

Até aqui a carta de Otelo Saraiva de Carvalho. Perguntamos agora se quem escreve uma carta destas, sendo colega de Directório de Vasco Gonçalves, ainda capaz de se entender com o primeiro-ministro. Por outro lado, as relações entre os dois têm-se agravado desde a publicação da nomeação de Otelo com o "Novo". Teria dito para oficiais-autores do "Documento do Copocon": como revolucionário estou convocado, mas atendendo ao país real que temos e ao endereço político, acredito que devemos ser muito realistas e caminhar com os pés assentes na terra". A frase não é textual pois nos foi transmitida por alguém que a ouviu e foi-nos comunicada oralmente. O sentido, porém, garantimo-lo. Por outro lado, dadas as tendências democráticas de Saraiva de Carvalho que fazem dele, como diz o MRPP, e não já aqui o submissivo, o chefe da política

mais democrático do Mundo, ver-se-á inclusivamente em dificuldades com a linha PRP/BR de deixar-se levar venturosamente por tropeliasm supulstos. O próprio Vasco Gonçalves que nas votações em relação à admisão dos Novos em Conselho da Revolução, foi o único do Directório que votou contra, tudo faria para eliminar Otelo da cena político-operacional, o que não lhe seria difícil com o consenso tácito de Pinheiro de Azevedo e a sua preeminência como chefe-geral do Estado Maior. E que, embora as variações do "documento do Copocon" sejam diferentes das "do documento do V Governo", a prática política aliam-se. Por isso, através de dedução política e dos factos que já apresentamos conjugados com a personalidade de Otelo parecerem-nos ser fundamentos os textos de jornais que decretaram o comandante do Copocon ligado ao grupo do Major Tomé, homem bem próximo do PCP,

contra o qual chegou a ocorrer uma incisão — tentativa de sarrocamento da PM, abandono de social-faceta. Recordo-se, a propósito, que o major Tomé foi ajudante de campo do general Kátala de Arrigada, estimando-se mutuamente (ver pág. 9). Por outro lado, Vasco Gonçalves como chefe-geral de Estado Maior veria a sua missão facilitada para integrar o Copocon no conjunto das Forças Armadas, já que do projecto dos Novos fazia parte como elemento integrativo a inclusão do Copocon em todo o conjunto das tropas com Otelo como chefe do Estado Maior.

Em conclusão: o Directório morreu, embora o cadáver ainda não tenha sido desenterrado e a mesa de jantar em vez

## O caso Fáblio

"Fáblio borregou", esta a frase que na quarta-feira corria nos meios militares e que traduzia em si o que quer dizer que teve medo de ir para a frente. Na realidade Fáblio havia aceitado o encargo de presidente do VI governo, encargo esse que lhe havia confiado o Presidente da República. A formação do governo estava em andamento e o homem que o estava a por de pé, por acordo entre aqueles com quem se comprometera o Presidente da República, era Melo Antunes. O dia determinado para a entrega do elenco era segunda-feira. Venham os desmentidos que vierem, venham eles de onde vierem que isto é a pura verdade. Repetimos: quando se anunciou que o governo ia ser apresentado na segunda ao Presidente da República era a pura verdade.

Por que razão terá desistido Fáblio? É para nós difícil dizê-lo com clareza, pois nada do que sabemos nos parece suficiente para nos pronunciarmos com segurança. Fáblio teria dito que se não sentia capaz de arcar com as responsabilidades da governação, numa altura de crise como esta que o país atravessa. Os seus amigos mais próximos far-lhe-ão ver o mar encapado que se preparava para saltar. Por outro lado, a sua casa estava continuamente vigiada por civis e pelo telefonos entraram ameaças contra a sua pessoa e membros da família. Tudo isto chegará para Fáblio se haver furtado a um compromisso? Uma questão de modo? Há quem avante que forças políticas influiram em Fáblio para que não aceitasse presidir ao governo. De qualquer maneira os seus companheiros de ontem sistem-se, no dizer deles, traidor por tal atitude. Já, depois disso, Fáblio teve um longo encontro com Cunha do qual nada transpareceu.

## As 2 tácticas do PCP

Tem o PCP jogado, nesta semana, como aliás, já vem sendo seu hábito, com duas tácticas: uma conciliatória, reflectida na conferência de Imprensa de Cunha e no próprio Avance, outra, servindo-se da sua linha militar e não só que ataca nas alturas, pretendendo através dela, com manobras mais ou menos hábeis, conquistar o poder, para depois o impor através da repressão, a partir de cima. Elemento do PCP mostrava-se anteciente muito eufórico (elemento com responsabilidades) durante claramente que Figueiro de Azevedo era homem que lhes convinha e que com Vasco Gonçalves no Estado Maior General, eliminariam, depois, em pouco tempo, a direita militar. Note-se que esta direita militar engloba o grupo de Melo Antunes e seus aderentes, apesar do projecto político por eles apresentado não ser de direita, nem sequer anti-PCP. Forças ligadas ao grupo dos Nove garantiram-nos que desejam um PC forte, mas que igualmente dele exigem jogo franco, praticando a democracia de base e podendo definitivamente dar parte: os membros das cúpulas militares ou civis; Que o PCP a persistir na sua situação acabará por lançar o país na extrema direita ou na melhor das hipóteses numa violenta guerra civil.

Nesta linha de dupla conduta devem ser interpretados os rumores que o Presidente da República sofreu na quarta-feira, durante a Manifestação "Unitária" em que foi assediado e vaiado, em outros termos com o que aconteceu ao "companheiro Vasco", o herói vitorioso. Vasco Gonçalves falou, como já vem sendo hábito, como homem da linha PCP, cuja prática política segue ao pé da letra, deixando atrever na sua linguagem desordenada, com palavras a suceder-se em catadupa quasi pedras arremessadas pelo detentor do

poder no tablado do povo, a estratégia cupulista que lhe vem de dentro e dentro foi elaborada numa prática política de anos. Como Cunha com o respeito sagrado que PCP nutre ao nível do discurso de circunstância pelo Presidente da República, há que equacionar uma manifestação em que Costa Gomes é vaiado e assediado. Embora as vaias e assédios provenham de uma Frente coadunada aos gabinetes, com apoio militar, no mais belo estilo cupulista, não se pode esquecer que, nessa Frente, o PCP é o maior partido e, por conseguinte, deve partilhar as maiores responsabilidades.

Além disso desta duplicidade de táctica — conciliação e ataque cupulista — é de mencionar o que aconteceu com a Assembleia Constituinte. Como toda a gente sabe, o Partido de Cunha compareceu à Assembleia onde existiram os seus deputados. Ali se bateu e continua a bater-se. Adeus, retiramos, a uma Frente cuja palavra de ordem (palavra estudada nos gabinetes e ordenada à multidão) entre outras foi: "Dissolução da Constituinte já". Deve, no entanto, haver ficado preocupado, pois, nesse mesmo dia, aliás antes da manifestação, já na Assembleia Constituinte era lido pelo presidente em exercício um despacho do Presidente da República em que autorizava o prorrogamento da Assembleia por mais três meses. O diploma, a propósito, já aliás, veio a público com data de 27. Talvez, por este motivo, o editorial do último "Avance" escreve: "da mesma forma a desejável aproximação e união das forças de esquerda ignora que o secretariado de coordenação já criado constitui um passo positivo não poderia fazer-se na base de uma atitude desmotivada e selógica à actual Assembleia Constituinte".

Por conseguinte, esta prática do PCP em relação à Assembleia Constituinte serve para demonstrar à sociedade a dupla manobra de Cunha que, tantas vezes, aqui vem

sendo referida com factos claros. Não com instintos anti-perceptivos, mas para descrever situações, tentando radiografá-las.

O "Documento dos Nove" foi pedida forte na unidade que se vinha apegando e nos queriam impedir de dizer que se tratava de unidade apenas construída a partir de cima, ou seja, nos gabinetes de algum político e nas suas quintas de óculos. Se antes dele o País não tinha sonhado, dada a história dos sucessivos governos presididos por Vasco Gonçalves, para mudar os problemas — fundam-se ali, resoluções que tenta camuflar com o ferrelhudo dos discursos, muito menos agora. Tentou inicialmente e PCP tratou os "Nove" com a-brançaria. Não lhes dar importância, atirando para a frente com a sua blindagem de pequena cilindrada, procurando armá-los, com palavras, à direita. Aparece-se, depois, que aliás dos "Nove" eram mais que nove e tinham força e muita operacionalidade. Foi o problema de com eles se encontrar. Recua, depois, por segundo contaram, a notícia do encontro haver sido divulgada, antes do tempo, no EXPRESSO. O PCP espalha, então, que estaria necessário se reconsiderar o problema, não fazendo ficar-pé na pessoa de Vasco Gonçalves, mas que para o lançamento do mês seria necessário que tal facto entrasse dentro de um plano global. Sacrificar Vasco Gonçalves sem a tal globalidade, era coisa que não faziam. Depois da decisão sobre Curvaco no Conselho de Revolução, onde praticamente só tomaram assento os oficiais afectos ao PCP, o Partido de Cunha volta a endover, para depois de tornar mais brande no dia da tomada da quinta Divisão pelos Comandos, sob ordem do Copcon e também, segundo se conta, fontes, da Presidência da República, já que a 5ª Divisão havia desrespeitado as ordens de Costa Gomes. Cunha aborda neste dia, mas tem uma outra postura de língua de endurecimento na manifestação

chamada unitária promovida pela Frente que começou a desfazer-se logo no dia seguinte ao da formação, com a saída do 1.º de Maio, e continua a meter água por todos os lados. É já o FRP/BR, que começou por order a tentações cupulistas, a tentar fazer marcha atrás, como referir em comunicado.

Depois vem a conferência de Imprensa de ante-ontem, de Alvaro Cuchal, em termos conciliadores que o parecer da Frente, FRP/BR, denunciam em termos enérgicos, dizendo, nomeadamente: "São da maior gravidade as declarações aí emitidas pelo que pressupõem o abandono de compromissos assumidos a vários níveis e por contarem propostas claras de aliança com a social-democracia; a "solução política" proposta pela direcção do PCP significa, expressamente, uma conciliação com o Presidente da República e com o Partido Socialista que nos parece vergonhosa, depois desta longa crise, e depois de se ter encontrado uma plataforma comum para uma unidade revolucionária;... esta posição da direcção do PCP vem na sequência da sua política de conciliação de classes, sustentada desde o 25 de Abril..." Até aqui o FRP, Talvez, por isto mesmo, é que Saatchi Oshiro, no seu livro, afirma que foi sentido logo no primeiro governo provisório a necessidade de o PCP entrar no governo, a fim de conter as ordens as massas trabalhadoras.

Embora o Comunicado do FRP/BR seja fazer marcha atrás a tentar demarcar-se em relação ao PCP, ele vem demonstrar também a profunda crise que trava no Partido de Cuchal que o faz andar entorpecido, sem agarrando-se aos militares para ver se, por eles, que é como quem diz, pela arma, chega ao poder e se impõe, ou tentando deixar a conciliação com os partidos parceiros de ordem. Tentando as duas tácticas simultâneas, embora a natureza capitalista o incline mais para o gólpismo político.

### História da Frente Unida Revolucionária

A história da Frente Unida Revolucionária é por si só indicativa de que tal unido não pode durar, como, aliás, os factos já confirmam. O que está a acontecer com o FRP e o que aconteceu com o 1.º Maio é demonstrativo de que o PCP tenta agarrar-se, desesperadamente, a tábuas de salvação que lhe parecem fornecer o mínimo de garantias para a sua táctica cupulista. Acostece, porém, que no interior das reuniões do PCP saia relativamente minimizado, tentando mesmo assim impor depois na manifestação a sua força legítima.

Vamos contar a história em poucas palavras: No dia 24, o MDP convocou para a sua Sede, às 18 horas, uma reunião, a fim de se lá ser analisado o Documento do COPCON com vista ao estudo de acções de apoio sobredito através de manifestações. Mal começado essa reunião formam-se imediatamente dois grupos distintos: PCP, MDP e FSP de um lado e MES, LCI e LUAR do outro. Nesta altura ainda não haviam comparcido nem o FRP nem o 1.º de Maio.

O PCP, MDP e FSP formam um bloco monolítico, uma espécie de três pessoas distintas sem só Deus verdadeiro, no caso a voz do PCP, embora o MDP tenha frequentemente aparecido como mais papista que o Papa. O outro bloco, embora na mesma família, consegue manter três vozes relativamente independentes.

O MES evidencia-se, falando mais que o PCP e dele se distanciando, havendo quem tenha visto em tal atitude a tentativa de conquistar o domínio ideológico da sessão. Entretanto, depois de várias intervenções, foi interrompida a reunião, tendo-se marcado a sua continuação para as 23 horas na sede do PCP, onde o assunto

manifestações já é especificamente tratado e em especial a que se viria a realizar no dia 27. Foi anunciado, então, que sete oficiais do MFA ditos progressistas poderiam comparecer e que seriam eles: Ramiro Correia, Cabral da Silva Barbosa Pereira, Jorge Alves, Sargento Luís do Galvão da Coordenação do MFA, aliás, suspensa.

Apresentou-se, também, o capitão Fernandes que se intitulou representante de União Sagrada de Carvalho e do COPCON, o que, aliás, parece não corresponder à verdade, pois o capitão Fernandes apenas teria comunicado ao general Otelo que iria tomar parte nessa reunião e faria um relatório no fim, para lhe entregar no dia seguinte. Numa das suas intervenções não se camesse de fazer que era necessário definir acções conjuntas. Ramiro Correia insistia que era necessário defender a independência nacional. Também as palavras ditas oficiais se dependia que estava ali em nome do Conselho da Revolução embora a sua presença se deva atribuir apenas a si próprio. Ramiro Correia acrescentou ainda que não defendia nomes, que não estava a defender Vasco Gonçalves, que é importante para ele eram os projectos e não as pessoas. Esta intervenção, porém, havia de deixar visivelmente contrariados os homens do PCP ali presentes. Afirma ainda Ramiro Correia que era irremovível a posição dos "Novos" com a do COPCON, embora aquela altura já estivesse elaborado o documento síntese que resultou dos dois outros documentos, ou seja, os produzidos pelo MFA e pelo COPCON. Referiu, por estas palavras, que o Presidente da República não esta-

va satisfeito com Melo Antunes, afirmação que, também, nos parece destituída de fundamento, uma vez que Costa Gomes já assim havia dito a Melo Antunes que estava inteiramente com ele. Dominaram a reunião o MES, a LUAR e o LCI, reunião esta concluída na Sociologia Militar onde, além dos militares, aparece, também, o FRP e o 1.º de Maio, os quais apresentam si... ut se querram autonomizar.

Pelo seu singularidade aquela conjunção, é de destacar a intervenção do representante da LUAR... referiu, claramente, falar o 25 para se fazer uma Frente de Esquerda Unida.

Acostece, porém, que os presentes não conseguem chegar a acordo e o MES p... opte a ideia do Secretariado para estudarem acções conjuntas. Verifica-se, novamente, um recuo do P.C.P., perante tais propostas, que já vê perdas as suas tentativas de dominar o conjunto. Sigue, então, o PCP que as decisões não venham a ser tomadas por maioria, mas por consenso. Também ficou claro para o PCP que havia sido ultrapassado pelos seus parceiros naquela sala.

Do conjunto resultou a constituição do tal Secretariado que pouco mais serviu do que para organizar manifestações.

Na primeira delas já não houve entendimento.

Também na Sociologia Militar havia ficado combinado que nem apoiariam Vasco, nem o V Governo. Na manifestação, porém, não aconteceu isso.

As tentas foram, absolutamente fidelelignas, dizem-nos que nota dominante foi um certo desinteresse do PCP já que no nível da discussão não conseguia dominar.



## Tempo de apurar responsabilidades

ENQUANTO os jornais e os cidadãos se vão entretendo com as peripécias, mais ou menos divertidas, de quem cai e quem se aguenta, quem trai e quem é leal, quem sobe, quem desce e quem vai para a pra-teleira, a crise permanece.

Crise que não se limita a saber se Vasco Gonçalves sai ou fica nem se circunscreve à análise sempre parcial (quando não parcial) sobre a actuação dos seus parceiros (Costa Gomes e Otelo) no moribundo Directório ou a estratégia do PC (e dos seus colegas da FUP) do PS ou do PPD. Crise que tão pouco se confina às sucessivas «guerras» de comunicados, documentos e manifestações. Crise que, embora contendo todos estes aspectos importantes — das pessoas, das suas actuações e dos seus móveis, dos partidos e das suas variáveis táticas e das suas contraditórias estratégias —, os ultrapassa em muito.

O que as pessoas perguntam, com inquietação e impaciência crescente, é: e agora? O que aflige as pessoas, cansadas de serem objecto fácil das ambições confusas de muita gente que subiu ao poder sem para isso estar preparado, é o não verem saída para uma situação que se complica diariamente, por entre foscas intrigas palacianas, como se o objectivo final de quem as interpreta fosse apenas o seu interesse próprio, o do seu grupo de amigos ou o do seu partido político.

Afirmam os responsáveis (e os que, tendo responsabilidades, não perceberam ainda os deveres que elas comportam) que a solução para Portugal tem de ser uma solução de esquerda (muitos deles, diga-se de passagem, não têm a menor ideia do que é ser de esquerda e apenas o proclamam por complexo derivado dos seus telhados de vidro, por medo de saneamento e conseqüente fuga para a frente ou por se agarrarem ao poder e aos aspectos de bem estar material de que ele normalmente se rodeia).

A solução será de esquerda, mas quem marca pontos é a direita, quem vê aproximarem-se as condições objectivas ideais para entrar em acção é a direita, quem esfrega as mãos de contente, perante tudo o que vai sucedendo, é a direita.

E isto porque a esquerda verdadeira não se entende e admite a infiltração da pseudo-esquerda, pensando poder usá-la (e aos seus galões ou votos) e acabando por ser por ela corrompida. E isto porque a inépcia política e técnica de quem tem sido chamado a governar é tão grande que cada vez se sabe menos quem manda e cada vez se agudizam mais as dificuldades económicas e as tensões sociais, que poderão provocar confrontos militares e conduzir à guerra civil (como, tarde e a más horas, o próprio PCP reconheceu). Os cidadãos deixaram de acreditar na revolução de esquerda que, em termos realistas, era viável e voltaram a preocupar-se com os problemas prementes da bolsa e do estômago.

Talvez não esteja tudo perdido, talvez a verdadeira (e realista) revolução de esquerda ainda possa triunfar, mas é, sem dúvida, tempo de se apurarem responsabilidades, de averiguar quem, dizendo-se revolucionário, destrói diariamente a revolução, de denunciar os culpados, sejam eles quem forem pela triste e ridícula situação a que chegámos.

## Timor: alvo da cobiça

O ANTIQVO ministro da Coordenação Intergovernamental, Almeida Santos, casado especial de Portugal à Indonésia para debater com os dirigentes daquela País as condições para pôr termo à guerra civil em Timor, chegou no final da semana a Jacarta. Nessa capital, Almeida Santos, que recentemente visitou Nova Iorque onde se reuniu com o Secretário Geral das Nações Unidas, espera encontrar-se com o presidente Suharto assim como com outros membros do governo indonésio.

À chegada a Jacarta, Almeida Santos, declarou à Imprensa que ficará na região o tempo que for necessário, pretendendo, no decurso dos contactos oficiais "obter toda a informação possível do ponto de vista indonésio sobre o problema do Timor português". Espera-se que o envio do Governador de Lisboa depois dos contactos na Indonésia se dedique ainda à Austrália, um possivelmente, a Timor.

Interrogado no aeroporto pelos jornalistas sobre se trazia consigo quaisquer propostas especiais para o futuro constitucional de Timor, Almeida Santos, respondeu: "antes de mais nada, temos uma guerra para terminar". O envio de Lisboa recorreu-se a dizer se tinha sido autorizado a tentar uma possível intervenção indonésia para cessar a guerra civil em Timor.

A possibilidade de tal intervenção, recorrente, foi recentemente

referida pelo Major Mota, chefe dos Assuntos Políticos de Timor, numa entrevista concedida a um matutino de Lisboa.

"É uma possibilidade que esteve sempre presente nos espíritos dos responsáveis locais pelo Governo de Timor, e também nas preocupações dos partidos, nacionalistas, fundamentalmente", afirmou o major Mota na referida entrevista.

E acrescentou: É evidente que (segundo as declarações indonésias) a estabilidade e segurança naquela área não deveriam ser afectadas, dadas as fronteiras com uma parte do território indonésio. Dessa maneira, se a breve prazo a situação não evoluir favoravelmente a uma opção anticomunista, se a situação não estabilizar de modo que a segurança das pessoas deixe de perigar, eu não posso de maneira nenhuma aceitar uma solução, mas de qualquer forma rezeio que a Indonésia se não vá a Indonésia, a péripria Austrália e os países interessados ali na área possam ser levados a uma intervenção, pelo menos para garantir a segurança física das pessoas."

### Últimas informações

Entretanto, a situação em Timor continua a agravar-se. Depois de

partida do governador Lemos Pires e do último mandato de tropas portuguesas, três a quatro mil soldados e polícias indígenas, obedecendo um à UDT (União Democrática de Timor) e outros à FRETILIN (Frente Revolucionária para a Independência), continuam a verificar-se mortes na estrada fora do limiar onde se situa a cidade de Díli. Segundo os refugiados chegados a Hong Kong, os combates são localizados em torno do pequeno porto e do aeroporto de Díli.

Aparentemente ninguém sabe o que se passa no interior, na região montanhosa onde vivem 600 mil pessoas que não reconhecem outra autoridade que não seja a dos seus chefes tradicionais.

Continuam, por outro lado a não ser claras as razões que levaram à ruptura entre a UDT e a FRETILIN, os seus aliados contra o partido pró-indonésio, APODETI, e outros partidários da independência.

Os observadores consideram que a luta que se desenrola entre a UDT e a FRETILIN, iniciada pelo primeiro partido contra o segundo fará apressar uma eventual incorporação da colónia portuguesa no território indonésio. Este processo de anexação, é, aliás, desejado discretamente por todos os países da região.

CÍLIA,

JOÃO ANTUNES, JOSÉ FREIRE; SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO

NESTA PÁGINA escreve um ex-militante do PS, JOÃO CÍLIA, que já aqui analisou anteriormente o PAP do MFA. Relembrando que o cerne das dificuldades da revolução está na opção de classe que falta fazer, termina apoiando a tese da «dupla estratégia» que permitiria atacar as contradições existentes. Temos depois JOSÉ FREIRE ANTUNES, militante do MRPP, redactor do «Diário de Lisboa» e actualmente membro da Direcção do Sindicato dos Jornalistas,

que aprofunda o significado do anti-comunismo galopante a que se assiste. JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA, colaborador já conhecido dos nossos leitores, autor de um recente «best-seller»: «Do Estado Novo à Segunda República», que colaborou nos velhos tempos do «Comércio do Funchal» e agora escreve para a «VM», foca o mesmo tema. Naturalmente, ele é escaldante. Pelo que manifesta de erros, pelo que esconde de manobras.

## MFA: da necessidade de uma autocrítica

João Cília

A LEITURA de um texto do ministro Mário Murteira publicado no jornal «A Capital» no dia 24-7, não deixa de levantar algumas questões importantes implicando em última análise um repensar de todo o processo de transformação social iniciado com o derrube do fascismo, e o pôr em causa da estratégia seguida até este momento pelo MFA e pelas «vanguardas» que se reclamam da teoria revolucionária do proletariado.

O Presidente Costa Gomes ao colocar o acento tónico na velocidade — segundo ele excessiva — de desenvolvimento do processo, está na realidade a focar um problema actual que não se situa no entanto na «velocidade» — aceleração ou abrandamento — do actual processo, o que subentende uma prática reformista recuperável pela direita, mas na estratégia até aqui seguida pelo próprio MFA, mais concretamente pela sua facção progressista.

Se uma prática é sempre uma «prática de classe», se existe uma natureza de classe que lhe está subjacente, o que poderá portanto estar em causa é a natureza de classe do próprio «processo dito revolucionário», que não se confunde no entanto com a origem de classe dos «agentes», mas sim com a correcta aplicação prática da teoria revolucionária do proletariado. Mas vejamos o que afirma Mário Murteira:

— «Há, no entanto, subjacentes a estes aspectos, várias contradições na sociedade portuguesa. Existe uma contradição entre as características de infraestrutura da economia no momento presente e a superestrutura a nível político e até mesmo a nível ideológico. Concretizando pode dizer-se que o modo de produção capitalista (MPC) neste país, no que se refere ao funcionamento global de um determinado sistema económico, está ferido mortalmente.»

Parece-me que no que se refere à «morte» ou «agonia» do MPC, o professor Murteira está a laborar num erro fundamental ao considerar aquele apenas na sua estrutura regional económica. Se qualquer modo de produção é uma estrutura global em que coexistem e se articulam várias estruturas regionais (económica, jurídico-política e ideológica) e não se reduz ao «modo de produção de bens materiais, terreno efeito de pôr a questão da

sua «morte» na medida em que se afirma que a superestrutura jurídico-política e ideológica permanece no essencial intacta, como estrutura.

Mesmo no que refere ao «modo de produção de bens materiais» há que distinguir perfeitamente a instância jurídica ou a «posse jurídica», da «posse real» dos meios de produção. Se a primeira foi realmente alterada com a «estatização» há que determinar de facto a natureza de classe do Estado e das Instituições, e das relações de produção, na medida em que o capital é na realidade uma relação social.

Se é um facto como afirma por exemplo Charles Bettelheim «que o que é determinante do ponto de vista do socialismo... é a natureza de classe no poder» — e mais uma vez havia que não confundir a lógica de funcionamento global do Estado com a origem de classe dos «agentes» — e se as relações sociais de produção se mantêm hegemonicamente inalteráveis, assim como toda a superestrutura e a divisão social de trabalho, afirmar que o MPC se encontra agonizante e que estamos a caminhar para o socialismo é uma posição que apenas favorece o revisionismo e a social-democracia. (Brejnev afirmava no XXII Congresso do PCUS que a ditadura do proletariado significava «a edificação do Estado sobre a edificação económica»).

Outro problema que se nos afigura importante no momento actual, e que Mário Murteira foca de modo insuficiente, é o das contradições. Se no MPC a contradição principal é entre a burguesia e o proletariado (Mário Murteira passa ao lado desta contradição) temos que concluir, e passando do geral-abstracto ao real-concreto, que Portugal é uma formação económico-social em que o MPC embora ocupe um lugar hegemónico está longe de ser único.

Uma FES é pois uma estrutura que articula vários modos de produção sendo o dominante, (aqui o MPC) o que determina a existência de contradições secundárias as quais pelo dogmatismo e natureza de classe do revisionismo têm sido esquecidas.

Como afirma Mao Tsé Tung «... se o emprego de métodos diferentes na resolução das contradições diferentes é um princípio que deve ser observado

por todos os marxistas-leninistas, os dogmáticos não observam este princípio; ignoram as particularidades que distinguem as situações revolucionárias umas das outras, pelo que não compreendem que têm de ser usados métodos diferentes para resolver diferentes contradições, adoptando uma fórmula uniforme que imaginam inalterável e aplicam mecanicamente em todas as circunstâncias. Este procedimento só pode prejudicar a revolução.»

O revisionismo e a sua estratégia subordinando a unidade de classe e do bloco histórico ao golpismo palaciano, o que tem a ver efectivamente com a sua natureza de classe, não só se mostrou incapaz de unir a classe operária e o proletariado em geral, como de agregar a este as outras camadas (pequena burguesia urbana e rural, pequenos proprietários agrícolas, intelectuais revolucionários, etc.) revolucionárias em torno de objectivos fundamentais. Isto mostrou-se desastroso ao lançar para os braços da direita fascista e social-democrata parte do que historicamente seria a base social de apoio da revolução popular.

Para além disso a hegemonia da prática revisionista a nível do MFA — o que não é o mesmo entenda-se, que vincular o MFA partidariamente como o pretendia a direita — que tem muito a ver com a natureza de classe pequeno-burguesa dos oficiais, agravou a questão levando a direita a perspectivar a actual conjuntura em dois polos opostos (PS/PC) o que é profundamente falso, mas necessita de ser provado na prática mediante uma actuação correcta.

Não é portanto a «aceleração» do processo que está em causa, mas a estratégia seguida até aqui nas suas múltiplas hesitações que não permitiu um ataque consequente às diversas contradições secundárias e isolou e dispersou de certo modo a vanguarda.

O reconhecimento da falência de uma estratégia deveria ser susceptível de uma auto-crítica e da sua reformulação; permitindo unir o povo, a base social de apoio, para que uma repressão necessária para quem se opõe ao processo seja enfim possível e não parta necessariamente de aparelhos especializados exteriores às massas, mas sim das próprias massas populares organizadas o que pressupõe a necessidade imediata da construção do

exército popular, ligando o actual exército às tarefas da produção e democratizando-o, fundindo-o enfim com o poder popular, que urge generalizar.

«Começar por negar as diferenças entre os membros da aliança popular, dá origem a que de seguida sempre que as condições que não foram resolvidas se tornam evidentes, se reprimam estas contradições pela força policial proclamando pura e simplesmente que o verdadeiro interesse dos outros membros da aliança se identifica automaticamente em todo o momento ao interesse da classe operária» (Niens Poulantzas).

Não é pois questão, como afirma Mário Monteiro, de «o Partido Comunista ter de compreender ser fundamental ao avanço do processo português a sua capacidade de adaptação a um contexto original e inesperado». O revisionismo, como contradição de classe, não se ataca apelando para a «boa vontade» dos seus dirigentes mas mediante a adopção de uma estratégia correcta, que permita a sua ultrapassagem em todas as instâncias, o que determina

a extinção progressiva dos aparelhos especializados de dominação/repressão, a reconversão das relações sociais de produção e da divisão social de trabalho, e a difusão generalizada junto das massas da teoria revolucionária do proletariado, tornando-a numa força material.

Na base desta actuação estará forçosamente um poder de Estado que o permita, que una a base social de apoio em torno da luta anti-fascista e anti-imperialista e pela melhoria das condições de vida do povo, principalmente do proletariado agrícola e dos pequenos proprietários agrários, apoiando-se nas organizações revolucionárias e sobretudo no poder popular que urge estender, apoiar e unir.

A chamada «dupla estratégia», de que Fernando Belo falava num artigo publicado no «Diário de Notícias», que se basearia na articulação MFA/poder popular nas zonas rurais do norte e centro tendo por objectivo imediato a resolução dos problemas reais e concretos do povo, e nas organizações revolucionárias articuladas com esse poder popular nas zonas industriais, longe

de se constituir numa tese de «dupla vanguarda» poderia ser, isso sim, uma maneira rápida de unir a vanguarda e atacar as contradições de modo eficiente.

Desta capacidade e da efectivação da aliança operária-camponesa como motor real do processo, dependerá o êxito do poder popular e do socialismo o que implica uma acção sem hesitações centrada na teoria revolucionária do proletariado, significando isto a ultrapassagem do reformismo e do revisionismo e uma resposta real ao «esqueçamos».

Identificar a unidade popular com a aliança PS/PC é um erro enorme, mas que infelizmente tem sido cometido com frequência. Com o PS e o PC aqui considerados na sua função de aparelhos do Estado burguês e não na sua base social de apoio, não haverá nem revolução popular nem socialismo, não significando este facto a não consideração dos antagonismos existentes entre a direita social democrata e o revisionismo, que deverão ser aprofundados evitando que este se iniba nas teses do «compromisso histórico» caras ao «projecto dos noventa».

# Anti-comunismo ou o preço de uma política anti-popular?

José Freire Antunes

POR TODO o Norte e Centro do País, as sedes do PCP e agrupamentos afins foram tomadas de assalto por multidões iradas. Detendo autênticos arsenais de armas, sem que o COPCON as procure como fez a outro partido no dia 28 de Maio, os elementos do PCP puderam atuar a matar sobre as populações desarmadas. Não se dá ainda o levantamento nacional — as avensas — preconizado pelo exortio teórico de "Radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista", esta vaga de violência veio confirmar a tese científica de que a Revolução portuguesa abandonou a sua fase de desenvolvimento pacífico e é impossível prosseguí-la a não ser por outros meios. Uma grande mistificação foi assegurada pela imprensa nacionalizada. Fascistas, anticomunistas, reacionários — eis como são apresentados nos Pravdas e nos Livestias portuguesas, os operários e os camponeses do Norte. Segundo certos relatos do Jornal do sr. Saramago, os camponeses pobres e os assalariados agrícolas não passaram de bandos a soldo dos conspiradores fascistas do ELP e da CIA. Isto é um erro que poderá trazer a tragédia, se os marxistas-leninistas não esclarecerem a questão, não educarem o povo e fortalecerem a unidade entre todos os sectores das massas. Porque se atacam as sedes do PCP? Eis o que cada elemento do povo deve perguntar-se diante da campanha da tal imprensa que inventa governos e golpes de Estado. Não se trata de aplaudir com as duas mãos e é certo que os caciques fascistas pretendem pecar nas águas turvas do justo descontentamento popular, explorando o anticomunismo feroc e o caciquismo religioso; trata-se de analisar a realidade dum modo científico, buscando as causas e distinguindo o branco do preto e o verdadeiro do falso. Esta vaga popular contra o PCP é, no essencial, anticomunismo ou é o preço duma política antipopular?

Nunca, ao longo de 16 meses, o povo norteño e em particular essa legião de assalariados rurais e camponeses pobres foi tão cobardemente vilipendiada e caluniada. O povo nunca é reaccionário — é a ideia que os Kautsky portugueses tramam. O povo pode ter ideias erradas, insuficientemente desenhovidas mas, como grande força material da História, aspira profundamente à Liberdade e à Democracia e simia, particularmente no caso do povo camponês, a Independência Nacional e a Soberania da nossa Pátria. Trocar as voltas aos assuntos, atacar a Leste para desviar as atenções do Oeste, jogar com o empirismo e a ignorância é uma atitude própria dos inimigos do povo. Mas os comunistas e todos os patriotas sinceros devem analisar o ódio popular ao PCP, à luz da luta de classes e da luta entre as duas linhas que se confrontam mortalmente no seio do movimento operário.

Os levantamentos camponeses que agora surgem no Minho e nas Beiras (e também na Madeira e nos Açores) sugerem irresistivelmente as revoltas do povo dos campos no século passado, contra o governo liberal dos Cabrais. A subida ao poder, duma camarilha que tenta a industrialização do País, aumentando a exploração dos camponeses através de um brutal aumento de impostos, provoca uma onda de levantamentos no campo — a Maria da Fonte. Sob a palavra de ordem "Morte aos Cabrais que nos querem roubar", os camponeses queimam os odiados registos de propriedade e expulsam os representantes do poder central.

Em certos locais, são os velhos caciques miguelistas que se tentam colocar à frente da população revoltada. Noutros locais surgem chefes guerrilheiros provenientes do baixo clero, com uma ideologia confusa, onde aspirações sociais se misturavam com ideias conservadoras. Mas por toda a parte os camponeses se ergueram contra um governo que tinha agravado seriamente as suas condições de vida e que aumentava a sua tradicional miséria. O denominador comum destas revoltas era o ódio ao poder central, que aparece representado pelo cobrador de impostos ou pela tropa que arrancava os filhos aos camponeses e os vezava e oprimia com destruições sistemáticas e hospedagens forçadas.

### Os falsos comunistas e as massas do povo

Hoje, a exploração não se dá principalmente pelo aumento dos impostos (que ainda os camponeses jamais pagariam). Mas pela erupção brutal de uma crise que arruina os camponeses pobres e as suas famílias. Os símbolos do poder central são, neste caso, as sedes do PCP. As autarquias locais por eles controladas nas costas do povo e contra a sua vontade, as delegações peneadas pelo País numa quadrícula cerrada como se de esquadras da polícia se tratassem.

O PCP, logo após o desembarque de Cuzhal no aeroporto, vindo da doce vida de Iuric moscovita, organizou o assalto a este País com a voracidade de um colono. Começou por arringimentar e assalariar um exército de funcionários,

entrando por ele adentro todo o que é corrupto e vendido ao fascismo. Depois cobriu o País de sedes. Como fundos não faltavam para uma coisa e outra, em lugar de instalar sedes apenas onde tinha implantação de massas, alargou-as a todas as localidades onde pretendia vir a té-la.

Alimentava a ilusão de que conquistar o País era uma questão de organização e dinheiro. E como os venhos corriam de feição (ser do PC era uma forma de diápor de poder político com todas as regalias inerentes), a arrogância era limitada. Eles eram os donos da terra. Pretendiam, num prazo curto, transplançar para si todos os privilégios que permeavam os fascistas à sombra de Salazar e Cariano. Numa das sedes assaltadas, foi encontrado um plano de distribuição das terras pelos seus militantes locais para quando chegassem o "comunismo", ou seja, a ditadura burocrática do capitalismo monopolista de Estado. Era a aridez dos novos rios.

Acreasce a estes factos, susceptíveis de irrem organizando o protesto popular, o facto de que na esmagadora maioria das terras nordestinas, o PCP não tinha nenhuma tradição de luta e era, nesses locais, não um partido burguês para operários mas um partido burguês para burgueses. Os seus notáveis eram o médico, o advogado, o gerente do banco e outros exploradores menores dos camponeses. Após o 25 de Abril, as sedes abertas eram um confortável clube de amigos, com bar e televisão, corpos absolutamente estranhos à vida das massas, uma espécie de pequenas embaixadas soviéticas descentralizadas pelo País. A partir delas, o PCP e seus atrelados controlavam as autarquias locais (câmaras e juntas) onde a sua gestão corrupta e os seus favoritismos rapidamente granjearam ódio e desiludiram todos os que esperavam que o 25 de Abril fizesse o milagre de modificar, sem destruir, o aparelho de Estado que fora o principal suporte do regime fascista.

### A religião é uma contradição secundária no seio do povo

O proletariado revolucionário reconhece, e reconhecerá em regime de democracia nova, aos camponeses como a todo o Povo, o direito de cada um professar a religião que quiser ou de não ter nenhuma religião, como acontece em geral com os marxistas. Mas os partidos conciliadores fazem um aproveitamento criminoso dos sentimentos religiosos das massas.

O caciquismo religioso é apontado como causa essencial da revolta do povo camponês. Isto é outra falácia que urge desmascarar.

Os marxistas-leninistas pensam que a religião é o ópio do Povo e essa é a pedra angular da filosofia marxista no que respeita à questão religiosa. O obscurantismo religioso deve ser combatido ideologicamente, como todas as contradições no seio do Povo. A religião é uma questão secundária e o dever dos revolucionários é unir o Povo na base da luta contra o sistema de exploração que tanto oprime o operário industrial moderno com o camponês castiço ou a pequena-burguesia democrática.

Tanto os fascistas do CDS como o PCP se procuram aproveitar desses sentimentos religiosos. Os primeiros tentam desviar o curso da revolta popular para onde lhes interessa e os segundos para combater abertamente as massas, com o desespero que lhe fornece o seu isolamento político. Os jornais do PCP dizem hoje sem peias que o povo da Norte é fascista.

A base social da religião assenta na sociedade pobre da exploração do homem pelo homem; numa certa ignorância e medo populares em relação às forças ocultas do capital. A posição correcta de todo o revolucionário e democrata é, não incriminar o povo por professar uma religião, mas educá-lo persistentemente, explicando-lhes as causas reais da sua miséria e apontando-lhe as leis por que se rega o desenvolvimento da sociedade.

### Aliança operário-camponesa é trave mestra da revolução

Os camponeses são a reserva fundamental da Revolução portuguesa. A aliança entre os operários e os camponeses é a trave mestra, sem a qual o Povo será esmagado pela contra-revolução tipo Chile ou tipo Praga. Os operários não se poderão libertar sem dirigirem os camponeses; e os camponeses não saíro da sua existência miserável sem se unirem aos seus irmãos operários da cidade. Os proletários industriais modernos devem colocar as reivindicações dos camponeses acima das suas próprias reivindicações.

A questão foi desde sempre posta pelo MRPP. Quem vai dirigir os camponeses? Os fascistas ou o proletariado? Vão as massas camponesas engrossar as fileiras da contra-revolução ou fazer rebrantar a Revolução? Vão os camponeses ser a tropa de choque de imperialistas americanos e social-imperialistas soviéticos, ou



vão marchar para a sociedade democrática e popular?

Esta revolta camponesa de hoje, nasce do ventre de 16 meses de lutas e mentiras. Os partidos conciliadores não deram mais que promessas ao Povo. Em Abril, para caçar o voto, prometeram mundos e fundos para angariar a lúta popular. Mas os camponeses olham para as suas mãos e vêem-as mais vazias que antes do 25 de Abril. Mais sacrificado, o povo do Norte é o mais revoltado.

A movimentação das massas camponesas aumenta a responsabilidade dos comunistas. Se as massas se erguem é porque não estão mais dispostas a suportar passivamente a fome e a desgraça. Estão em luta; essa luta é justa, embora não distingam, muitas vezes, os amigos dos falsos amigos. Querem a terra; e só a direcção dos operários lhes pode dar a terra.

O povo camponês almeja por uma reforma agrária que ponha cobro às actuais relações de produção, que traga o progresso aos campos e distribua pelos pobres as terras dos grandes agrários. Estes, que toda a vida viveram às costas do povo trabalhador, difundem o espectro do "comunismo", querendo virar uma parte do povo contra outra, os camponeses contra os operários. Estes latifundiários lançam a busca de que a responsabilidade pela miséria dos camponeses pertence aos operários e aos seus movimentos reivindicativos, enquanto os donos das fábricas pretendem dizer que é impossível satisfazer as aspirações dos operários por causa da revolta dos camponeses.

Se certas reivindicações dos camponeses aparecem ainda envoltas na velha roupagem reaccionária das lutas conservadoras, é porque o trabalho político entre os camponeses não é suficiente. Mas os levantamentos nos campos demonstram uma grande combatividade e receptividade às palavras de ordem revolucionárias.

## A pequena-burguesia democrática e os camponeses

Uma pequena facção democrática no seio do MFA compreende esta situação e adopta neste caso, o ponto de vista do proletariado quanto à revolta camponesa. Mas não chega e os camponeses não devem confiar nessa facção. Esses oficiais são hesitantes, balancam entre Deus e o Diabo, aspiram a pôr fim à luta de classes, sancionam o proletariado em momentos de refluxo para o hostilizarem quando o vento vai de feição. Das duas tentativas ou essas facções democráticas, patriotas e antifascistas compreendem alguma vez para sempre que não poderão dirigir nada e lhes resta aceitar o comando da classe operária; ou eles serão também a tropa de choque da conspiração fascista.

Eles têm de decidir-se rapidamente, assimilar o método científico que a classe operária usa para analisar a realidade e marchar com os camponeses e o conjunto do Povo explorado. Se o não fizerem, vão para o calizate do lixo da História.

A revolta camponesa está em marcha. A explosão é inevitável como o sol nascer amanhã. O que distingue os marxistas dos revisionistas é que os marxistas estão interessados em agudizar as lutas sociais e não apaziguá-las, ao passo que os revisionistas são os bombeiros da Revolução ascendente. O levantamento camponês só pode surpreender quem não entenda o que é o social-fascismo e não compreenda o papel dos camponeses na Revolução. Se as massas do campo vão fazer acodir a Revolução ou não depende do trabalho dos comunistas e antes de tudo, acima de tudo e sobretudo, da fundação do Partido dos proletários.

# PCP: a chave

José António Saraiva

LEVADO TALVEZ por um certo triunfalismo, embalado possivelmente pela facilidade (real) com que conquistava lugares-chave na máquina do Estado, o Partido Comunista Português terá esquecido as cautelas à frente e negligenciado o trabalho na retaguarda. As consequências não se fariam esperar: a violência popular (ainda que naturalmente explorada pela direita) que se abate sobre os comunistas no centro e no norte, o recuo das suas posições no interior do movimento sindical, o fenómeno da rejeição ao nível de amplos sectores militares, a fuga de militantes para agrupamentos da chamada "extrema-esquerda", são o resultado também de erros acumulados durante meses pelos actuais responsáveis do partido.

Com a divulgação do já célebre "documento dos 9", a situação, para o PCP, complicava-se mais ainda: com a publicação do documento, e a admissão que ele rapidamente conhece no seio das Forças Armadas e não só, Vasco Gonçalves, no qual os comunistas tinham feito um considerável investimento, gastando muitos cartuchos, via as suas posi-

ções claramente enfraquecidas. O PCP, dum momento para o outro, ficava enfiado entre um poder que controlava com cada vez maior dificuldade e uma "esquerda revolucionária" progressivamente mais activa. O PCP arriscava-se a ficar a curto prazo fora dos centros onde "se decidia" o futuro político do país. E nesta altura que surge a "tábua de salvação": a auto-crítica do Copcon.

Quando a auto-crítica dá entrada na cena política, o PCP percebe imediatamente que está nela a sua grande oportunidade. Os jornais estatais, tidos como afeitos ao Partido, conferem-lhe largo espaço — apesar desse documento não provir do PCP nem das organizações a ele afectas e em vários pontos contentar mesmo explicita e frontalmente as posições por ele defendidas; o gabinete do primeiro-ministro dá-lhe uma inesperada publicidade; contra toda a expectativa o PCP aparece a "aconselhar" os seus militantes a participar na manifestação de apoio ao Copcon. Pela primeira vez os comunistas aderiram a uma manifestação não organizada, nem controlada por eles, onde se gritavam palavras de ordem que não eram as suas e onde algumas lhes eram hostis, uma manifestação, recorde-se, de conteúdo semelhante a uma outra que a Inter-sindical há meses classificava de "contra-revolucionária" e "nova maioria silenciosa".

A temperatura sobia. Quando se esperava um recuo, a abertura para um compromisso — expectativa aliás justificada pelas declarações "conciliatórias" de Alvaro Cunhal na conferência de imprensa de Alcântara e pela diminuição do ênfase posto pelo partido na defesa de Vasco Gonçalves —, o PCP, em viragem para muitos espectacular, aparece ligado à extrema-esquerda. Ligação que se confirmaria dias depois com o anúncio da criação de uma Frente unitária de esquerda.

Pergunta-se: o que terá levado a esta mudança de atitude dos comunistas? O que terá precipitado a formação desta Frente até há algumas semanas inimaginável? A resposta, a meu ver, não é difícil: em recuo em todas as frentes, o PCP precisava absolutamente de ganhar tempo, vindo em perigo as posições laboriosamente conquistadas desde o 25 de Abril de 1974, o PCP precisa duma pausa para respirar e reflectir. O apoio dado pelo partido de Cunhal ao documento do Copcon, a sua participação na Frente, devem assim entender-se, não como opções definitivas, mas como uma manobra no sentido de ganhar tempo e o espaço político necessários a uma reflexão.

Numa altura em que o PCP vê

posto em causa muito daquilo que tinha como certo, numa altura em que sofre um fenómeno de regressão a vários níveis, quaisquer compromissos os acordos que fizesse ser-lhe-lam sempre desastrosos. O PCP não está, de momento, em condições de negociar. Faltam-lhe apenas — e faltam-lhe certezas. É por isso que se agarra a um documento que, se outras virtudes para si não tem, veio, pelo menos provisoriamente, bloquear a situação política, obrigar a novas tentativas de entendimento, forçar novos adiamentos.

A auto-crítica de alguns oficiais do Copcon forçou, na rápida evolução da conjuntura, a pausa que iria permitir ao PCP dizer não ao VI Governo — e com isso prolongar a vida do V até uma altura em que o equilíbrio de forças lhe seja mais favorável. Porque o PCP sabe, tão bem como toda a gente, que o V Governo está à partida condenado. Porque é um governo de integração comunista e Portugal pertence a um pacto militar anti-comunista; porque a economia portuguesa depende em grande parte da Europa e a Europa não apoia o V Governo; porque o V Governo, cuja base social e militar de apoio é muito reduzida, necessitaria, para governar, duma repressão violenta, que alargaria o fosso entre o Estado e o País, entre o Exército e o Exército, e criaria assim as condições óptimas para um golpe da direita. Por tudo isto, a actual posição do PCP não pode considerar-se de forma alguma irreversível, devendo antes entender-se como uma "manobra de diverção" — à procura do momento para si mais favorável a uma negociação os a um compromisso.

Mas se é assim, e a mim parece-me que assim é, o PCP terá passado, de "grande vencido", a depositário da chave da actual crise política. Sendo inviável de momento a formação de um governo sem o Partido Comunista, e dada a inflexão tática deste e a sua recusa de participação para já num VI Governo, a resolução do conflito fica agora dependente da evolução da posição dos dirigentes daquele partido. Que sabem que um compromisso é inevitável. Que sabem que terão que fazer concessões. Que sabem que não têm muito tempo à sua frente — com o risco das tensões internas e das pressões externas atingirem pontos de ruptura. Mas que têm, dentro destes condicionamentos embora, nas mãos o trunfo que representa serem eles a decidir o momento. Que abrem à porta a uma nova plataforma política de compromisso. A porta por onde sairá, inevitavelmente também, abatido e exausto, o general Vasco Gonçalves.

LEANDRO,



O Governador de Macau escreve ao EXPRESSO:

## Do «contra-golpe» à história de um ministro do V Governo Provisório

DEDICOU o EXPRESSO há duas semanas a sua secção «Polémica» a Macau, ao debate do problema do seu Estatuto Político na Assembleia Constituinte e da questão muito falada do envio de oficiais do MFA para Lisboa, sob a directiva do Governador Garcia Leandro.

Desta feita, a «Polémica» aberta prossegue com um longo documento de resposta do próprio Governador ao texto crítico de Hélio Dinis.

Da situação partidária em Macau, ás suas linhas políticas da sua governação, da história do «contra-golpe» à (curiosa) narrativa do passado de um ministro do V governo Provisório, vindo de Macau — este teatro vai aflorando todos estes temas, proporcionando pistas de discussão ainda acerca do presente e do futuro de Macau.

Aquí fica, portanto, à consideração dos leitores do EXPRESSO, o testemunho do Governador daquele território submetido à administração portuguesa.

1 — ACABO de receber o número de quinze de Agosto, do jornal que V. Exa. dirige e que muito aprecio, verificando que o mesmo publica um artigo e quatro colunas intitulado "MACAU E O PRETENSÃO CONTRA-GOLPE", assinado pelo sr. Hélio Dinis.

Atendendo a que o artigo em si

insere imensas inexactidões e falsidades, espero que considere natural esta minha reacção e publique a carta que envio com a mesma evidência dada ao artigo que vou rebater.

Acostumára, que ao longo desta resposta alguma roupa suja, irá ser lavada. Não é por minha iniciativa

como pode facilmente reparar. É o direito de resposta que me assiste face ás acusações gravísimas que são feitas, não só a mim, como a toda uma unidade equipa de trabalho. Apenas irei pôr as coisas no seu lugar e darei o nome próprio ás acções, pessoas e objectos.

## CDM e ADIM:

### 2 partidos

#### de Macau

Sr. Hélio Dinis  
Da e Sr. Hélio Dinis no início que "Importa fazer uma tentativa de análise circunstanciada de actual momento político e social que se vive no território".

Julgo que sim, que é importante mas com factos concretos, com conhecimento de causa, sem qualquer falsidade e sem demagogia. Macau bem precisa ser devidamente conhecido em Portugal, Proença, e pouco e pouco como o artigo está dividido de erro, intencional ou não.

3 — Faz o articulista uma transcrição do órgão da imprensa partidária local, que sai sem periodicidade, "Democracia em Marcha", de propriedade e direcção do Centro Democrático de Macau. Para chegarmos a esta transcrição é preciso contar uma história já antiga.

Existem em Macau duas associações políticas criadas depois de 25 de Abril, o Centro Democrático de Macau (CMD) e a Associação para a Defesa dos Interesses de Macau (ADIM).

O primeiro considera-se progressista. O segundo não se importa de se intitular conservador. Os programas políticos são semelhantes. Ambos são representantes desta minoria de cidadãos portugueses (mais ou menos 7000) num território onde o total da população ronda os 320 000 habitantes.

Insisto em chamar atenção para a semelhança dos programas de ambos os grupos.

De alguns elementos do CMD, localizados na sua cúpula, saem as sátiras que o articulista tomou por verdades.

Quando o CDM foi fundado havia a sua volta uma esperança democrática, uma vontade de colaborar nas intenções do 25 de Abril. Havia um grande número de embaixadas devidamente sincronizadas com o espírito do MFA. Outros pretendiam servir-se do CDM para fins pessoais. Para tapar ou esconder determinados "Calcanhares de Aquiles".

O CDM é apoiado pelos Delegados do MFA, da JSM e do Primeiro Governo Freixo (Isa) e o Major Rebelo Gonçalves, quando aqui chegamos em Junho de 74.

Consequimos, que o então Governador nosbente pela primeira vez o seu director e líder desse parte Sede um edificio publico.

Após a minha chegada, o CDM apoiou intransigentemente e às vezes com bajulação, a linha politica reformista que o novo Governador trouxa da Metrópole.

O Governador mantem a linha inicialmente traçada e recentemente reiterada pelo Conselho da Revolução. (Maio/75).

Os líderes do CDM alguns dos quais marcadamente oportunistas ou ambiciosos do poder, tomaram atitudes de maneira anti-téticas, conduzindo desastrosamente toda a Campanha Eleitoral que culminou com a derrota do seu candidato pessoal. ANIS o candidato apoiado pela ADIM afirmou um dia que não ganhou as eleições, mas sim, que fora o CDM que as tinha perdido.

Alguns desses mesmos líderes, entendiam que o Governo devia ser

partidário no que tiveram um apoio forte duma minoria de militares, que não queriam considerar ser válido o resultado das eleições. Foi a grande razão porque o Governador manteve-se independente e apartidário.

Alis é curioso referir, que na primeira reunião tida no meu gabinete após o início de funções em Novembro de 74, alguns desses líderes propuseram (igualmente exigiram) que o outro grupo político fosse colocado sob a sigla de...

— Deveriam ser do tipo partido único: — O Governo deveria pagar as suas costas de água, luz, telefones e renda mensal, bem como as obras a fazer na sua sede. Dissus linhas não, que isso seria voltar ao estilo da antiga ANP, e que a tal me recusava.

Pouco depois e durante o período pré-eleitoral para o lugar de Deputado na Assembleia Constituinte, é o actual Governador que os líderes do CDM se dirigem, como o fim de lhe solicitar que peça ao Chefe dos Serviços de Saúde, Dr. Leonel dos Remédios, verificação de elegibilidade e homem de Macau, que aceite ser candidato pelo CDM. O Dr. Remédios foi dos fundadores do CDM e já dele se ia falando na altura. Ninguém em Macau queria ser candidato pelo CDM e os seus chefes mais activos sabiam que por ninguém seriam votados.

O Dr. Remédios afastou-se logo após as eleições do triste caminho que o CDM tomava, face à orientação de determinados líderes. Conseguindo afastar e assustar a População, em vez de a conquistar o CDM perde as eleições e desengraça.

É um facto só competente em Macau, onde "perder a face" é uma grave desonra.

A partir daí, todas as tentativas destruidoras que, até então se orientavam para o candidato a deputado da ADIM e para a própria Associação oponente, passam a virar-se contra o Governo.

Houve uma tentativa real na ausência, em Maio, do Governador em Lisboa, apoiados por uma minoria de oficiais, resolvida após a minha chegada, e que só mais de um mês depois foi denunciada publicamente. E foi resolvida pelo apoio das embaixadas maioria dos oficiais das F. Armadas e Militares, e ainda da embaixada maioria da população, à linha politica definida pelo Governo e ratificada pelo Conselho da Revolução.

Depois desta tentativa ter sido gozada, face ao grande apoio dado à linha governamental, o CDM accepe por comunicados, boatos, invenções. E a invenção falada passou à escrita. Procura boicotar as iniciativas de todas as Comissões de Trabalhadores do Governo, etc.

O Governador em sessão pública a 7 de Julho de 1975, onde a população acorreu em massa, denunciou tudo o que houve e o CDM, perdendo a pouca credibilidade que ainda poderia ter, desagrada-se. Muitos dos seus membros afastam-se; alguns dos seus líderes também.

O apoio interno recua. Isto sente-se vivendo em Macau.

A última Assembleia Geral do CDM (12/7/75) noticiada com a presença de centenas de pessoas apenas tinha 44, cerca de 4% dos que votaram no candidato apoiado pelo CDM! Porquê esta necessidade de invenção?

E porque razão, o comunicado que a seguir foram abo foi dado com conhecimento a essa escassa assistência?

Faltando-lhe na totalidade o apoio interno conhecido, a actual pelo exterior (Hong Kong, Lisboa, correspondentes estrangeiros).

O tipo de acção está expresso no artigo que aprecio.

Internamente e com o jornal, tem procurado caluniar, inventar, distorcer, tudo com factos facilmente rebatíveis. Tem procurado uma acção da Comissão Ad-hoc para a Imprensa, uma multa, uma suspensão, uma proibição. Seis a única forma de saírem, como mártires, com uma certa limpeza, duma situação em que se meteram por falta de capacidade dos seus líderes.

Mas o Governo assim tão actual, Podem escrever tudo quanto quiserem.

Nem tem sido preciso denunciar. Não têm credibilidade interna.

Em Macau umas pessoas remem, outras ficam tristes, outras ainda preocupadas com manobras pessoais de alguns que nenhum interesse têm no futuro de Macau e apenas visam as suas ambições pessoais.

4 — Quando Hélio Dinis diz (transcendendo) que os apoiantes do Governador o fazem de noite, apenas disse uma meia verdade. A técnica de "plantar paredes" é do CDM e de noite.

Quem após o Governo fi-lo nas 24 horas de cada dia. De noite fi-lo uma vez. De dia fi-lo todos os dias. E só uma questão de aqui viver e assistir.

Nestas paredes, essas noites apareceram nomes de indivíduos rotulados de traidores. Nem de dia, nem de noite, ninguém os veio defender da acusação feita.

5 — Dia também, o articulista (transcendendo) que é preciso ler a imprensa estrangeira para saber o que aqui se passa. Então a culpa é dos jornais locais. Até aqueles, a quem o meu Governo desagrada, passam a virar-se contra o Governo. O reconhecimento da existência de completa liberdade de expressão e informação.

Alis, o jornal do CDM, prova-o. Quando Hélio Dinis, voltando a transcreever, afirma que as opiniões se expressam cautelosamente, mais uma vez prova o seu desconhecimento local. Talvez nunca tenha assistido a uma reunião do Governador com a população e os funcionários. Talvez nunca tenha lido os outros jornais locais.

O pretexto modo como o CDM se expressa quando bajulava, e agora quando pretende (apenas) demorir, descreve estas afirmações.

6 — Mais adiante o articulista diz que vai escrever o que conseguiu apurar. Quero dizer-lhe que apurou muito pouco. E é mal do monolitismo nas fontes de informação.

Adiante... — 7 — Quanto à nomeação do novo Governador ela acorrece por proposta unânime de todos os oficiais das F. Armadas de Macau e do CDM.

A ADIM aceita-a. O Sr. Major Rebelo Gonçalves, meu amigo pessoal, foi recusado por muitos oficiais e já tinha sido antes pelo ISM.

8 — Agradeço a transcrição feita do nosso programa de trabalho. Poupa-nos espaço e tempo nesta resposta.

Está a ser cumprido com dificuldade pelo meu Governo que as não tem?, mas as integra e com perseverança.

## As viragens oportunistas a 25 de Abril

9 — Qual a resposta às críticas feitas a 9 meses de Governo?

a) Critério de recrutamento de equipa de trabalho governamental

A única crítica feita até agora pela população local diz respeito ao excesso de juventude e demasiado número de militares na Administração Pública de Macau.

Muito me admira a crítica feita ao Sr. Cap. Oliveira Santos, Secretário-Adjunto de Assuntos Sociais e Cultura, Saís da Vice-Presidência da Câmara de Torres Vedras a seu pedido durante a campanha eleitoral de 1973, por não concordar com o regime deposto.

Tem sido um colaborador

honesto, inteligente, trabalhador, a quem Macau reagiu muito bem e a quem muito deve já.

Tem 36 anos. Como em Portugal a quase totalidade da população de um modo ou de outro colaborou ou aceitou o regime deposto em 25 de Abril, quase todos os portugueses com mais de 36 anos foram mais colaboradores que ele. Porque? Tem mais anos de vida. Aliás o "Expresso" deste mesmo dia (15 Ago) chama a atenção na página 3 para uma homenagem que o Gen. Pinto Soares presta ao Gen. Vasco Gonçalves pela sua eficiência na condução dos homens na guerra de África, concerteza que não a favor dos movimentos de libertação.

Releio que quanto à colaboração com autoridades fascistas, muito me admira esta crítica que

vens em linha recta do CDM, pois alguns dos seus líderes mais activos foram grandes servidores desse regime.

Também, só a título de exemplo, vejamos: — Dr. Neto Valente, protegido do antigo Governador Nobre de Carvalho, por conta de quem serviu de intermediário, angariando oficiais do QP para trabalharem na MP; — Dr. Armando Costa, foi um dos proponentes do antigo deputado Dr. Delfino Ribeiro, para a Assembleia Nacional Fascista de 1973; — Arquitecto Manceiras — fazia parte da Assembleia Legislativa de Macau, do regime fascista. Em 22 de Abril de 1974, era um ferrenho marcelista, tendo um dos subscritores dum célebre e ridículo telegrama de apoio a Marcelo Caetano.

São só exemplos. Depois do 25 de Abril, entraram no maior Partido Político Nacional, o dos oportunistas.

Mudaram o emblema do Partido, como quem muda de camisa. Custa-lhe falar nestes assuntos, e tenho fugido a este tipo de diálogo, embora caluniado, difamado, etc., atendendo a que a População de Macau, já não se deixa enganar.

Mas não tenho jeito para ser enganado, nem aceito que se deesse enganar não só a População Portuguesa e Chinesa de Macau, como também a da Metrópole.

Por cada colaborador meu, que roula-se de ter trabalhado com as autoridades fascistas apresentarei 3 dos asto-nomeados progressistas locais.

Ainda, quanto à escolha dos meus colaboradores, só 2 exemplos: — Sec. — Adj. de O.P. e Com. Eng.º Rocha Vieira. Era Ten.-Cor. de Eng.º Hoje foi "roubado" a Macau por eleições dos oficiais da sua Arma para seu Director e Graduado em Brigadeiro.

Seria um mau colaborador?

— Sec. — Adj. da Coordenação Económica — Dr. Fonseca d'Almeida.

Era técnico económico do MCI. Foi transferido para o Ministério do Comércio Externo. Com este Ministério e no tempo do Dr. Silva Lopes travei dura batalha para o requisitar, pois desejavam-no: ciosamente para aquele Ministério. Será um mau colaborador?

## Linhas políticas e casos polémicos

b) O saneamento está-se a fazer em Macau, mas com bases concretas. Com inquéritos, com sindicâncias, com processos disciplinares. Não, com demagogia, acusações não provadas, boataria ou coactâncias.

Como oficial do Exército para quem o MFA e "25 de Abril de 74" começaram em Setembro de 73, recuso o abuso do poder. Recuso, que pouco a pouco, se caia nos métodos daqueles que fizeram o 28 de Maio.

Assim todos o recusassem. Todo o acusado tem o direito de se defender. Demora mais tempo, mas é mais honesto e democrático. Fidel de Castro demorou 6 anos e não deixou de cumprir a sua missão.

Recuso frontalmente, dirigir ou proteger qualquer tipo de saneamento orientado noutro sentido. Cada funcionário sanado ou afastado sabe perfeitamente a razão porque tal aconteceu. Posso enviar-lhe a lista que já não é muito curta.

Quando dia que os colaboradores do Governador têm sido nomeados como imposição dum hierarquia formal, ignorando-se a competência para a função, é de tal modo infundamentado que nem deveria responder.

Posso-lhe responder, no entanto, com o que indiquei para os Secretários-Adjuntos. E mais. Só um exemplo: Para o Centro de Informação e Turismo nomeei um alferes miliciano jornalista com 24 anos. Fernando Lima, precisamente com a preocupação da competência.

Quando à Assembleia das Forças Armadas em Macau, esclareço e julgo que disse sem conhecimento o articulista, ser a Assembleia do MFA em Portugal até 11 de Março apenas constituída por oficiais. Aqui se processou do mesmo modo quando cheguei em Novembro de 1974. O que tinha feito até essa altura? O que fez o então delegado do MFA de que falarei adiante?

Depois do 11 de Março a Assembleia do MFA em Portugal reestruturou-se.

Com algum atraso aqui faz-se o mesmo. Quer o Comando Territorial Independente de Macau, quer o Comando da Defesa Marítima têm uma Assembleia de Oficiais, Sargentos e Praças.

Por outro lado a reestruturação da nossa Assembleia irá ainda mais longe que a de Portugal. A partir de 1/1/76, o CTIM e Com. Def. Mar. são extintos.

Teremos um Comando de Oficiais de Separação dirigido a P.S.P., P.M.F. e em certa medida ligada a P.J.. A nossa reestrutura-

ção tem de permitir a inclusão dos representantes dessas polícias. Nessa altura os militares serão muito poucos. Estamos trabalhando nessa reestruturação.

Quanto ao apoio que a Assembleia entenda dar, ou não, ao Governador, tal apenas depende da maioria. E as opiniões formuladas foram sempre marcadas por uma elevada percentagem.

Quando ao sucesso nas tentativas de penetração nas grandes massas, parece-me uma frase puramente demagógica.

Qual tem sido na verdade a penetração do MFA na grande massa metropolitana?

Qualquer Governo não tem só sucessos e fatalmente que é difícil resolver em 9 meses problemas de stculos.

As 2 comunidades, viviam em muitos aspectos de costas voltadas. Hoje tal, já não acontece. Trabalham connexo as variadas associações incluindo as de moradores (Kai-Phong) e outras, fundamentalmente comunistas, onde antes não tinha havido qualquer sucesso.

Seria demagógico da minha parte falar dum tempo perfeito e tal nesse campo tão difícil e de resultados tão morosos. Mas posso-lhe enviar recortes de jornais locais (entre os quais o do CDM) onde se elegiam os grandes passos dados na consecução dessa ligação das 2 comunidades.

Será incoerência da sua fonte informadora?

Este assunto vê-se melhor aqui. O quanto à rentabilidade das Comissões de Trabalho mais uma vez a acusação é demagógica e não fundamentada. Claro que, bem gostaria que andassem mais depressa. Mas são comissões que se destinam a reformas de fundo e não a organizarem festas de Liceu.

Mas, quanto à sua falta de rentabilidade vejamos como se destrói facilmente tal afirmação:

— Comissões de Recenseamento

— Período Pré-Eleitoral; —

Comissão Eleitoral Territorial —

Período Eleitoral; — Comissão

para o novo Estatuto Orgânico de

Macau — apresentou já o seu tra-

balho; — Comissão para a re-

struturação das Forças Militares e

Militarizadas criando o COM-

FOS — apresentou já o seu tra-

balho; — Comissão para a nova

Lei do Serviço Militar — já

apresentou o seu trabalho; —

Comissão para a reestruturação da

Emissora — já apresentou o seu

trabalho; — Comissão do Hospital

Psiquiátrico — já apresentou o seu

trabalho.

Outras se encontram a trabalhar normalmente com as seguintes finalidades: — Recenseamento e definição do destino da 5ª, Casa da Misericórdia; — Recenseamento e futuro do Colégio D. Bosco (dos Padres Salesianos); — Ensino Primário; Preparatório e Secundário; — Reforma Tributária; — Lei de Terras; — Lei do

Inquilinato; — Reforma da Assistência; — Trabalho Prisional; — Toxicomania; — Sistema Bancário; — Biblioteca Nacional; — Etc.

Muitas outras são permanentes. Muitas mais poderia indicar, mas além daquelas cujos resultados sobre assuntos tão complexos já foram apresentados, o trabalho das outras não se resolve em dias.

E os autores da acusação sabem-no bem. Nomeámos representantes seus para todas as comissões, mas cansaram-se, porque é mais difícil construir do que destruir. A que assuntos deste género com resultados palpáveis já se dedicou o Governo em Portugal?

Alá admira-me essa autocrítica a Macau. Tirando os Técnicos, as Comissões são constituídas por pessoas locais e representantes das Associações Políticas Locais.

É incómodo, mas é verdade.

g) Quanto à Lei Bancária.

Também está em estudo. Sabe o articulista o que é ver uma Lei Bancária para Macau, onde, quando cheguei a situação era de caos? Ver uma Lei Bancária, num território onde existem Bancos Emissores de 3 territórios (BNU; China e Hong Kong)?

Onde o próprio BNU tem de ser transformado em Banco Emissor Local? O grande impasse neste problema vem da própria reestruturação do BNU (ainda não feita) e do Banco de Portugal.

Não se tem parado de trabalhar nesse sentido. Quanto ao valor da Pataca, está melhor do que quando aqui chegou em 1974.

Mas, é sujeita a muitas flutuações, principalmente de base política.

Sabe o Hélio Diniz, que quando em Setembro do ano passado o Dr. Mário Soares, então MNE, foi mal interpretado em determinadas declarações, dando a ideia que Portugal iria unilateralmente entregar Macau à China, as reacções da Boia de Hong Kong cairam e a pataca se desvalorizou?

Sabe que a cotação da Pataca melhorou vertiginosamente, depois daquilo a que chama o nebuloso caso do Comd. Salgado?

h) Sobre os inquilinatos e o logo disse que a Administração local nada tem feito para resolver o assunto. Não é em condições, aos berros ou demagogicamente que os problemas são resolvidos. E com trabalho e paciência.

Levou-se a concessionária do logo (STDM) a fazer a revisão do contrato. Pelo actual contrato a revisão só poderia ser realizada em 1977.

Está-se trabalhando activamente e ao final deste ano será assinado, um novo contrato muito mais vantajoso para Macau que entrará em vigor em 1/6/76.

Como prova de boa vontade e boa fé quanto ao meio como se fará a revisão, a STDM já contribuiu este ano com mais 35.000 contos para o Plano de Fomento.

o Quanto ao envolvimento da Administração, Leandro nas presenças dos Grupos Económicos de Hong Kong parece-me ser a afirmação um tanto nebulosa. Só não lhe respondo, porque não percebo o que quer dizer.

Que Macau depende do exterior, não tenha dúvidas. De Portugal, da China, de Hong Kong. Depende muito do seu comércio externo.

Todas as nossas saídas são por Hong Kong, e um Porto e um Aeroporto não se fazem de repente.

Mas, Oh Hélio Dinis, cujas coisas de falar em envolvimento, tem de ser melhor explicada para lhe poder responder.

Quem são os especialistas que dizem, Macau ter para já, condições de independência económica e financeira? Quem são? Que venham trabalhar connosco.

Há-de ter essa independência e melhor que Portugal, se conseguirmos a pouco e pouco levar o nosso programa até final.

10 — Quais são as medidas que os tais especialistas (quem são?) dizem que o Governo preconiza e não está aplicando?

Converm concretizar bem estes pontos.

11 — Diz-se que o cidadão está pagando o Plano de Fomento, mas que este apenas favorece os capitalistas?

Esta além de demagogia é uma descarada mentira.

Hélio Dinis — Conhece o Plano de Fomento para 75, em Macau? Quando fizer 1 ano de Governo estarão quase todas as estradas das ilhas asfaltadas, que quando chegámos eram de terra batida.

Para as ruas da cidade que estavam em péssimo estado estão obras em curso no valor de 14 000 contos e vão ser postas a concurso outras no valor de 25 000 contos.

Trabalhamos activamente na água, luz, educação, saúde, portos, telefones e telecomunicações.

Isto é para os capitalistas?

Sabe, qual a percentagem dos orçamentos locais (Geral e Plano de Fomento), com a Saúde e Educação?

É para os capitalistas?  
12 — Fala-se em forças progressistas locais.

A esquerda do Governo nenhuma força existe em Macau.

O CDM que deveria ter sido um bom suporte na luta reformista em que o Governo se lançou perdeu-se por culpa de seus líderes em ambições pessoais, verbalizamos estêreos, divisionismo interno, incapacidade de apresentação de qualquer proposta concreta.

Se pensa que forças progressistas são os tais líderes pertencentes ao P.O.M. (Partido Oportunistas de Macau), que de colaboradores do regime fascista passaram rapidamente a progressistas, está muito enganado.

Esses Senhores de progressistas só têm a conversa.

De resto são do mal burguês e

capitalista que, o meu caro amigo pode imaginar. Felizmente que o CDM tem cidadãos válidos e honestos homens de Macau, que cada têm a ver com o dirigismo das suas cúpulas.

13 — As tais "forças auto-nomeadas de progressistas", que são poucos indivíduos, queriam de facto governar o território e não o têm conseguido por falta de credibilidade local, quer a título pessoal, quer colectivo.

14 — Quanto à acusação de o Governador recusar toda a crítica é outra de "bradar aos céus".

O governador reuniu-se mensalmente nas Sedes das Associações Políticas locais com os seus associados, onde explicava as intenções governamentais, podia opiniões e ideias, exigia (quase) críticas. De todo isso muita ideia e opinião foi aproveitada.

Não há nenhuma Comissão importante, para que não tenham sido pedidos representantes das Associações Políticas.

Será tão recusar toda a crítica?

O CDM dá da alguns anos, bateu com o pé no chão e disse que não queria mais reuniões com o Governador e sala das Comissões.

Foi há coisa de um mês.

É um problema de falta de argumentação e de bagagem. Por outro lado o Governo não tem aceite que lhe atirem poeira para os olhos.

A auto-nomeação de democrático só se justifica com a actuação real, diária, concreta. O resto são palavras.

Diz o Hélio Dinis que o Governador controla os órgãos de informação. Deixa-me rir, e cá também se tiram.

O Governo apenas tem um órgão, a Emissora. Está aberta a toda a colaboração e onde até há pouco o CDM tinha um programa rádio onde atacava e caluniava o próprio Governo. Podem-se ouvir as gravações. Porque pouco com tal programa? Talvez, por falta de colaboração.

O Governo não tem qualquer programa seu na Emissora. Os noticiários internacionais e nacionais são a pura transcrição da ANI e da Reuter.

Quais os outros órgãos que controla?

— A Gazeta Macaense? Quem conhece o seu Director sabe como vai ficar ofendido com essa acusação.

— O Bissemestrário da Diocese? Também os padres ficaram ofendidos.

— Os 5 jornais em língua chinesa, comunista onde atrás o Governo é acusado de não ter conseguido penetrar?

— Os periódicos das Associações Políticas CDM e ADIM?

— A Emissora Chinesa Rádio Vila Verde?

Nenhum destes? Televisão não tem.

Quais, então controlados?



## O «Golpe»

e o

### «contra-golpe»

15 — Quanto à saída de determinados oficiais, tal aconteceu por razões disciplinares e por causas perfeitamente localizadas, que só tiveram repercussão pela propaganda que determinou a acção local entendida dar-lhe.

Mas, pergunto ao Hélio Dinis? Pensa que essa medida foi um acto dum Governador isolado? Pensa que não teve o apoio da População e das F. Armadas e Militarizadas? Se assim não tivesse sido, quem teria partido sem o Governador e não esses oficiais.

Lembro-lhes que a cotação da Pataca subiu depois dessas saídas.

Alá, é assunto militar do qual os meus superiores estão informados e sobre o qual correm os respectivos processos.

16 — Quanto ao «contra-golpe» a que se chama de pretimo talvez seja melhor entrevistar os oficiais das F. Armadas e Militarizadas de Macau e dá-lhe-los como foi.

Não pode um Governador, nem o desejo o peço, inventar alguma vez acontecimentos deste género e antes fosse que não tivessem acontecido.

Terei defeitos, meu caro Hélio Dinis, não o de inventar contra-golpes ou falsidades.

Também sobre o caso a que se

chama de nebuloso com o Comd. Salgado nada tem de nebuloso é até bastante claro.

Alá sobre estes 2 assuntos e todos os outros que quiser, tem aí, em Lisboa, o Sr. Rocha Vieira, eleito Director da Arma de Engenharia e promovido ao actual posto por vontade dos seus camaradas e que lhe poderá dar uma ampla entrevista sobre o assunto. Foi Encarregado do Governo quando da minha deslocação a Lisboa em Maio de 1975.

Só não explico tudo isso por caria, porque então seria um romance.

Quanto à propaganda que disse se fez, já atrás expliquei porquê.

Alas em Hong Kong, estão representantes de todas as Agências Internacionais de Notícias do Mundo e, como comparação gostaria que lesse as notícias fantasiosas que se íbem sobre Portugal e o seu Governo.

17 — Quanto ao Comd. Salgado, não era o Delegado do MFA em Macau.

Quando aqui cheguei com o sr. Major Rebelo Gonçalves em Junho de 76, pensámos nomeá-lo para esse efeito, mas o seu comprometimento com o CDM era de tal ordem, que nos levou a pôr de lado esta ideia.

Entretanto a situação evoluiu e o 5.º Major Rebelo Gonçalves ficou Comd. Militar Interino, e também Delegado do MFA durante 2 meses.

A sua saída e perante um esforço pelo menos físico e aparente que o Comd. Salgado fez de desvinculação com o CDM, o Major Rebelo Gonçalves deitou-o em sua substituição.

Quando cheguei, como Governador e Comandante Chefe das Forças Armadas de Macau em 19 Novembro acompanhado por um grupo de oficiais que ao MFA estavam ligados desde o início, é o próprio Comd. Salgado que pede escusa dessas funções, pois aqui estavam camaradas mais ligados ao MFA. Alá o próprio lugar que era informal desapareceu. O Governo de Macau e as suas F. Armadas são o MFA, e o Governador e Comd. Chefe é o seu elemento mais representativo localmente.

Posteriormente o Conselho da Revolução restricta esta situação em documento firmado pelo Sr. Gen. Costa Gomes, Presidente da República, quando aí esteve em Maio do corrente ano.

O Major Vitor Alves quando veio à Cemeira de Macau em Reunião com Oficiais, Sargentos e Praças dá-lhe quem representa localmente o Conselho da Revolução — O Governador e Comandante Chefe.

18 — Diz o articulista que o Inquérito lhe pôr a claro a verdade das factos. Costo de ouvir falar assim. É a minha linguagem. E como vê pela minha carta a verdade é como o diz, vem sempre ao de cima.

## A história de um ministro do V Governo

19 — Um último ponto sobre aquilo a que chama uma Administração incoerente e ineficaz.

São palavras muito duras, não devendo ter sequer a consciência da sua verdade ou falsidade, visto desconhecer Macau, o que se está a fazer, e estar informado apenas por uma origem.

A propósito de eficiência foram o I, II, III e IV Governo Provisório eficazes? E o V Governo Provisório eficaz? O de Macau tem sido bastante mais eficaz que esses.

A propósito de Coerência!

E o V Governo Provisório coerente ao ter como Ministro o Sr. Comd. Quitério de Brito?

Este nosso Ministro que também pertence ao POP Partido dos Oportunistas Portugueses, enquanto os seus camaradas «à contre coeur» faziam guerra em África, tirava cursos nos Estados Unidos, durante anos administrava as Oficinas Navais de Macau, onde o seu tipo de Administração ficou célebre. Trabalhou também para o regime marcelista no Gabinete da Área de Sines. Em Setembro de 74 veio para Macau como Administrador pela Parte do Estado e Presidente do Conselho da Gerência da CEM. Ganhava no conjunto mais de 50.000\$00. Como Cap.-Ten. ganhava 13 deste valor.

Quando em 21 Fevereiro 75 numa reunião com os funcionários públicos lancei um apelo à CEM para baixar os vencimentos dos seus altos funcionários, o actual sr. Ministro, fez ouvidos de mercador e continuou vencendo os seus cômodos 50.000 escudos mensais.

Depois de "11 de Março" e convencendo-se que o País passaria mais tarde ou mais cedo a ser controlado pelo PCP, fez uma brilhante actualização da personalidade e passou a instituir-se de Consultas. Como foi dispensado do Conselho de Gerência da CEM pela Administração, como não conseguiu o lugar no Gabinete da Área de Sines, apesar das cunhas por inúmeras pessoas e diligências pessoais, encontrava-se na situação de desempregado político, pelo que era Ministriável. Enquanto há falta meu amigo deita-se a mão a tudo. E hoje é o sr. ministro. Coísta! Como é isto o Raul Soldado...

E isto coerente?

A este Senhor foi dado o apoio e facilidades por parte do Governo para resolver os problemas da Companhia de Electricidade. Embora muito tivesse prometido nada realizou.

A Administração da CEM e o seu Conselho de Gerência poderão dar mais pormenores sobre a «gestão democrática» deste Senhor que é agora Ministro e com este facto faz que o V Governo Provisório não tenha a mínima credibilidade em Macau.

### Conclusão

Meu caro Hélio Dinis  
Em vez de responder com uma carta poderia ripostar com um livro.

Aceto que se queira destruir um Homem e uma equipa de trabalho.

Aceto que se queira desfazer uma orientação política.

Não aceto que se queira destruir um território, onde se trabalha, onde se planeia e programa, onde se luta pela População, com esta ao seu lado, território que é o único, onde ainda não correu sangue depois do 25 de Abril.

Sei haver indivíduos que desejam tais acontecimentos em Macau. O mesmo de Angola o mesmo de Timor, o mesmo da Metrópole. Com o meu Governo tal não acontecerá.

Com todos os defeitos de que este Governo é acusado (quantos deles pelas Investições como facilmente rebati) e algumas qualidades que fatalmente terá é o único território em que o Governo está a trabalhar para o futuro e onde ainda não correu sangue.

Se tivéssemos dado ouvidos ao tal grupo minoritário que o informa tal já teria acontecido, Macau tem um equilíbrio instável e é preciso que as medidas tomadas sejam pragmáticas.

Não bastam boas-intenções ou teorias político-económicas lidas à pressa.

Vive-se muito do investimento estrangeiro. Quando cheguei tinha parado. Hoje começa a voltar com propostas já concretizadas para grandes empreendimentos no valor de 2 milhões de contos.

Meu caro Hélio Dinis:  
A manobra de quem levou a escrever o seu artigo é fácil de compreender.

Quem destrói, mas sem bases concretas.

Quem destrói mas sem apoio interno.

Hong Kong também já faz ouvidos de mercador.

Através de Lisboa e do Semanário Expresso quem está atrás de si pensou com um escândalo levar a água ao seu moitão.

Não foi salazar que adoptou para si, a máxima que dum mentira sempre fica qualquer coisa?

Venha a Macau e esclareça-se.

Venha a Macau e trabalhe conosco. Vira para o meu Gabinete, percorrerá todas as Repartições e Serviços, e verá como

se trabalha e como é verdade o aqui afirmado.

Se quiser continue a escrever. Não com invenções, mas com verdades. Aporte-nos as nossas insuficiências e deficiências, mas que sejam reais.

A população de Macau merece essa prova de honestidade da sua parte (se é que você existe).

Por muito grande que seja a vontade de destruir Macau, vivem aqui 320.000 pessoas desejando a Administração Portuguesa, o que é de respeitar de acordo com o Programa do MFA, e já aprovado por esmagadora maioria na Assembleia Constituinte ao votar-se o art.º 5 da nova Constituição.

Apoiam na sua grande maioria o Governo, as Realidades estão à vista.

Seja honesto  
Se o não for eu perdoo-lhe  
A sua consciencia talvez, lho perdoo  
Deus, (se é que em tal acredita) também.  
A população de Macau nunca lho perdooará.

O GOVERNADOR E COMDT.  
CHEFE DAS F. ARMADAS DE  
MACAU

José Eduardo Garcia Leandro  
Coronel

P.S. — Espremos por si.

*Silva, Vicente Jorge*



7 dias de 5 portugueses

# No labirinto da informação o jogo do Poder em contra-relógio

AFINAL, em que ponto estamos — para onde vamos? Quem mente e quem fala verdade? Onde começa a notícia e acaba a especulação (ou a mistificação pura e simples)? Quem “manipula” e quem informa? Como saber efectivamente o que se passa? Como ver claro por entre a tela cerrada de versões e contra-versões, do “diz-se”, do “consta que”, do labirinto onde os fios da meada dos acontecimentos se enredam inextricavelmente? Com que linhas se há-de cozer o cidadão enquanto nos bastidores do poder as linhas se cozem e descozem em tecido frágil prestes a romper por todas as costuras? Estas e muitas outras questões de teor idêntico terão sido levantadas pelo leitor perplexo, nestes dias de crise em crescendo, à medida que o fogo cruzado disparado através dos meios de comunicação — especialmente a imprensa — se intensificava. Se a explosão das contradições no seio dos actuais órgãos do poder nunca estivera tão perto do ponto da ruptura, nunca também os jornais (sobretudo os que se identificavam com posições partidárias envolvidas na disputa de hegemonias) tinham ido tão longe na “guerra” das manchetes, dos títulos, das montagens, da paginação, dos relatos. Acompanhando cinco jornais diários de Lisboa (“Diário de Notícias”, “O Século”, “Diário de Lisboa”, “Jornal Novo” e “A Capital”) durante uma semana — a partir do lançamento da contra-ofensiva de Vasco Gonçalves em Almada — deparamo-nos com um panorama cujo significado político quase dispensa comentários. Evidentemente, esta “leitura” é apenas uma entre muitas outras “leituras” possíveis (e não pretende ser “bacteriologicamente” objectiva). De qualquer modo, procurou-se seguir o crescendo, a fase preparatória do confronto, até à sua eclosão, em cinco diários lisboetas que reflectem posições características. Os três primeiros claramente identificados com a “linha Vasco Gonçalves” e o PCP, o “Jornal Novo” abertamente favorável aos “nove” e próximo das posições do PS (só na última segunda-feira saíria o primeiro número do porta-voz oficioso deste partido, “A Luta”) e, finalmente, um jornal a que se reconhece em geral uma maior independência e capacidade informativa, “A Capital”.

VICENTE JORGE SILVA

Terça, 19

Terça, 19

Terça, 19

Terça, 19

# Vasco Gonçalves: a contra-ofensiva

TERÇA FEIRA, 19 — "A manipulação da imprensa contra o Governo é um facto que o Primeiro-Ministro reconheceu e denunciou em termos claros. Ao mesmo tempo que essa manipulação se exerce, os seus autores acusam o Governo de manipular os órgãos de informação"; assim fala O SÉCULO numa passagem da sua introdução à cobertura do comício de Almada, onde discursara Vasco Gonçalves. Tema dominante da primeira página, que igualmente chama a atenção "destacada" para o apelo da Interstidial à greve parcial de meia-hora e refere novos actos de violência contra sedes de partidos — do PCP em Ponte de Lima e do PCP, do MDF e do MES em Angra do Heroísmo.

O DIÁRIO DE NOTÍCIAS, a toda a extensão da primeira página coloca como subtítulo da redacção a uma declaração de Vasco Gonçalves em Almada ("Não responderei jamais aos autores dos insultos de que sou alvo") a frase: "Firmeza e coragem moral". Antecedente também — que terá sistematicamente retomado noutros dias para notícias do mesmo teor —, "O desafio à revolução," introduz a relação dos incidentes em Ponte de Lima que, em continuação de página inferior, é assim titulado: "A reacção à volta — Os militares alvejaram o centro do PCP e atingiram um militante — acusam os comunistas de Viana do Castelo". O apelo da Interstidial encontra igualmente eco prolongado na "primeira" do D.N. Entretanto, no longo relato de um plenário dos Trabalhadores do "Diário de Notícias" onde está condensado o "Documento dos 30", registam-se declarações significativas do director e director-adjunto daquele jornal, Luís de Barros e José Sacramento. O primeiro, regredido de férias, faria uma condenação da "recente onda de violência contra sedes de partidos consequentemente progressistas", para sublinhar depois que a toma-

da de posição dos 30 jornalistas dissidentes da linha de orientação seguida pelo jornal estava "integrada num contexto que aludia a decisões singulares. Foi essa a conclusão que tirei — chegou a vez do "Diário de Notícias" ser também alvo do ataque de uma reacção objectiva". E Luís de Barros (antigo homem de confiança de Spilotta e Sanches Ostelo no MCS) apressa-se a manifestar toda a sua solidariedade ao colega adjunto, Sacramento, editor-chefe e director de facto do D.N. Este, por seu turno, justificaria perante o plenário os motivos que haviam levado à não-publicação integral por aquele jornal do chamado "Documento Melo Antunes". A "diagnose astuta e entoadada uma vez que o documento não merecia mais, pelo seu conteúdo negatista, não sendo sua alternativa". Por falta de "máxima protecção legal" não fora igualmente publicada uma carta do capitão Vasco Lourenço.

"Análise impiedosa, lúrida, de um patriotismo enorme e de uma tozante sinceridade", assim qualifica, à tarde, o "Diário de Liberdade" o discurso de Vasco Gonçalves em Almada, que, em título em encardado, clama: "Intra-se de uma luta de classes". "As páginas de Vasco Gonçalves" seriam, por outro lado, tema de crítica em páginas inferiores, enquadrando sentimentalmente a transcrição das palavras do primeiro-ministro do V Governo Provisório. Uma passagem elucidativa da crítica: "O público, o leitor e o trabalhador, investimento de capitalismo monopolista (sic), que luta para dele se libertar — e tem o Primeiro-Ministro e, finalmente, outras pessoas como o general Vasco Gonçalves ao seu lado — trompezam num clima impressionante, quase desconhecido desde grandes edifícios "Vasco, Vasco, Vasco". As identidades colidem. Melhor colidiam. Por isso, ao povo, todo o trabalhador, e verdadeiro trabalhador gosta de Vasco Gonçalves. E o

Primeiro-Ministro gosta do Povo, de todo o trabalhador.

A crítica finaliza vez encorajada: "E todos os trabalhadores que lhe tributaram uma calorosa e prolongada salva de palmas e, na sequência, uma estrondosa ovacão, não a merecem daquele homem de Ferro, no final da sessão, banhado em lágrimas. Vio o meu amigo da agência oficial húngara (António Simão) virar mais de trinta mil olhos. Viram todos e muitos também choraram. Porque, Vasco, o trabalhador está comigo".

No canal da Crítica de TV, recorda-se, Mário Castrim que, enquanto, abriu no D.L. uma nova secção de recortes e apontamentos, "Aqui é que bate o ponto", acompanhava o coro sentimental. E, diz, por exemplo: "Vasco Gonçalves pode desalar qualquer cidadão português a provar que trabalha mais de que ele. Pode desalar qualquer revolucionário a provar que, mais de que ele, entrega à Revolução um coração limpo de compromissos. O coração de Vasco Gonçalves bate no compasso do coração de todos por no melhor das vontades e quatro horas do dia. Claro que faz falta materialmente tempo para contra-atacar todos os ataques sempre desde relação não azoada. Tempo lhe falta e disposição, tanto não as preocupações, as lutas — e as armadilhas que pretendem lançar-lhe no seu próprio território.

E Castrim continua ainda: "Parte dessa tarefa nos compete a nós. A astúcia tem de ser severa: temos decorado a defesa de Vasco Gonçalves de maneira inqualificável. O amor que temos não encontramos maneira e tempo de o proteger. Temos estigido demasiado dele — e em paga o que lhe demos".

Entretanto, o "Diário de Liberdade" acompanha na primeira página os seus colegas matutinos; destaca para a greve da Interstidial e para o ataque à sede do PCP em Ponte de Lima.

"Eu Pasquim me confesso" — assim responde Fortes Filho no "Jornal Novo", no seu estilo do conteúdo ao ataque que Vasco Gonçalves dirige aos "libertários" da informação (no discurso exemplificados ainda com o EXPRESSO e o TEMPO).

Por outro lado, fiel à sua tradição de apoiar os ecos da polémica PC/P5 no estrangeiro e em empurrar os dois partidos para a "unidade", J.N. destaca também em primeira página a carta de Miterrand a Marçal sobre Portugal. Título "unitarista": "Só um governo de unidade PS/PCP pode ultrapassar as incertezas". Em páginas interiores, o jornal de Fortes Filho — defensor insistente do "documento dos nove" — assinala um erro que não desenvolver nos dias seguintes. Um título indicativo: "Onde segue de perto o aprofundamento do documento Melo Antunes" — o que alia, "A Capital" já destacara em primeira página no dia anterior.

E é efectivamente "A Capital" que — como tem vindo a acontecer — irá fazer o ponto mais completo e mais rigorosamente aprofundado do desenvolvimento da crise político-militar na sua edição de terça-feira. Dando todo o relevo em primeira página ao discurso de Vasco Gonçalves em Almada ("Revolução na boca da verdade"), sublinha ao lado, como título de notícia bastante completa sobre a perspectiva da crise: "Portugueses aguardam clarificar da situação" — um relato seco, porconcentrado, isento. E referida a elaboração de uma possível plataforma conciliatória a partir do ponto do "documento dos nove" e de proposta de oficiais do COPCON, com intervenção de Otelo Saraiva de Carvalho. Entretanto, ainda na primeira página, "A Capital" marca as suas distâncias face ao triunfalismo da Interstidial, considerando que a "greve simbólica" teve "apoio parcial". E dá voz aos discordantes.

# Castrim investiga

QUARTA FEIRA, 20 — Transfiliatás são, de novo, o "Século" e o "Diário de Notícias" sobre a efectiva extensão da "greve parcial" promovida pela Interindustrial (vide último EXPRESSO).

O "caso Corvacho", por seu lado, é também tratado "sintonizadamente" (lembrar com cambiantes) em títulos de primeira página de ambos os jornais. "Diário de Notícias": "O brigadeiro Corvacho substituído no comando militar do Norte — sargentos e praças mostram-se surpresos com o afastamento do seu comandante"; "O Século": "Reunido militar no Norte apóia o brigadeiro Corvacho — praças, sargentos e oficiais exigem o seu regresso imediato ao Quartel General".

"Precisamos de reassumir a Ideia Patria" o título de "O Século" e a frase pertence a Mário Murteira, que, no dia anterior, proferira na RTP uma longa palestra sobre política económica.

À tarde, o "Diário de Lisboa" abre também com Murteira e dele elogia em título "A coragem de falar claro". Habitualmente tardio na revelação das notícias, o D.L. "antecipa-se" sobre a tomada de posse dos Secretários de Estado ocorrida nessa tarde, que ocupa o "lugar de honra" da edição (sem que se refira, porém, o facto de a cerimónia se realizar "à porta fechada"). O "caso Corvacho" é de novo tema: em "chamada" de primeira-página refere-se "apoio maciço" ao discutido brigadeiro, identificado com a linha Vasco Gonçalves.

Quanto a Mário Castrim, ironiza em sub-título do seu "canal": "Otelo rima com Melo. Mas é verdade!" E o comentador "televisivo" do D.L. exprime-se em considerandos sintonizantes, cuja transcrição vale a pena.

"Vá-se — escreve Castrim — à vista desarmada, que este Governo tem a confiança popular e merece, portanto, a confiança e o apoio do Movimento das Forças Armadas. E o que acontece? Acontece que as bocas ferveiram nas folhas de certa imprensa que o Otelo está feito com o Melo, que seio a fundir os dois planos num só, que se projecta num novo Governo de coligação (coligação? Com quem?) que a coisa está mesmo para muito breve..."

"O que pericula — prosegue o cronista — o nosso povo, a classe trabalhadora consistiu desde País, é a ausência de um desmentido. Otelo Saraiva de Carvalho e o Movimento das Forças Armadas embarcam assim na ambiguidade das águas turvas com tudo quanto lhes representa de perigo para o espírito socialista defendido no F.A.R."

E Castrim segue avante: "Tenho uma terrível dificuldade em imaginar certas situações como se já a de um Otelo Saraiva de Carvalho acontecessem e recepiro a certas situações com o diabo. Não posso imaginar assim um homem a quem Fidel chamou camarada revolucionário e herói da Revolução Portuguesa. Certos abraços, sob o olhar puro de "Che" Guevara, comprometem para a vida e para a Etlética."

"Se de que é capaz, no campo destruidor do boque da intriga, a

força da contra-revolução. Mas o povo português quer uma resposta concreta às seguintes perguntas (sublinhada por Castrim):

— E ou não verdade que o V Governo está no caminho do socialismo, com absoluto respeito pelas decisões históricas através das quais o MFA se comprometeu com o povo português?

— E ou não verdade que Otelo pretende platformizar com Melo?

— E ou não verdade que se está a pretender impingir-nos um VI Governo, feito nas costas do povo?"

E Castrim avança ainda: "Brinquete-se com tudo menos com o povo português. O povo português vê no general Vasco Gonçalves a imagem do seu destino, a força do MFA. A arena mítica tem uma especial simpatia pelo general Otelo Saraiva de Carvalho por considerar que ele está com as classes mais desprotegidas, ao lado de Vasco e de outros oficiais, sargentos e praças do MFA féis ao socialismo".

"O V não tem hipóteses", "manetete" do "Jornal Novo" novamente pescada em águas parisienses. A declaração é do general Carlos Fabião ao "Quotidien de Paris". De Paris vem também um mensageiro da reconciliação — um enviado de Mitterrand que propõe encontro dos secretários do PS e do PC da Europa latina. A entrevista com Dominique Taddel, o enviado do PS francês, começa também na primeira página do "Jornal Novo", que, assim, insiste na sua vocação de "pacificador" da cena política portuguesa por inspiração parisiense.

Entretanto, "A Capital" anuncia ter sido já entregue ao Presidente da República o novo Projecto Feltico dos Nove — que, segundo o mesmo jornal, "traduz a consenso geral de complementaridade" a que se chegou na reunião de comandos militares no Quartel General de Lisboa no passado dia 13, entre as posições expressas no "Documento Melo Antunes" e as expostas na "Proposta de Trabalho para um Programa Político", elaborada por um grupo de oficiais adictos ao CUFPCN: Diversas cláusulas apontam no mesmo documento mais à esquerda" até hoje proposto ao País, havendo também quem o classifique como "o segundo Programa do MFA".

"A Capital", na mesma edição referindo-se ao meeting de uma sede do MDP no Porto acentua que "Desta vez a iniciativa não pertenceu ao povo, mas sim aos ocupantes de sete automóveis que agitarão o ambiente, tomaram parte activa nas destruições e mais tarde preferiram várias frases de provocação às Forças Armadas". A singularidade da distinção feita pela "Capital" é significativa na medida em que demarca a natureza diversa das iniciativas de assalto a sedes do PCP, MDP e, eventualmente, outras organizações. Equivocamente "D.N." e o "D.L." ao "O Século" perfilham as interpretações características do PCP — que atribui a origem de todas as violências verificadas neste campo à intervenção de "bandos fascistas" —. "A Capital" aponta para uma interpretação situada de cada caso.

# Cunhal: «não há tempo de perder»

QUINTA-FEIRA, 21 — A temperatura política na imprensa portuguesa neste dia é a sua subida vertiginosa, reflectindo os lances obscuros que se jogam nos bastidores do Poder.

“O Século” a toda a largura da primeira página, com foto, destaca: “Pela aplicação imediata do documento do COPCON — Soldados e povo trabalhadores manifestam-se na rua de Lisboa — Milhares e milhares de pessoas em luta contra o fascismo e contra o sistema capitalista”. O teor da notícia não concretiza, porém, quais as organizações promotoras da manifestação — e as críticas frontais dirigidas pelo secretário-geral do COPCON — Vasco Gonçalves, ao mesmo tempo coordenador da iniciativa às adesões indirectas, julgadas oportunistas, do PCP e do MDP. Fala apenas este jornal em “demonstração única da força esquerda portuguesa”.

Já o “Diário de Notícias”, revelando também o acontecimento como o seu principal tema do dia, faz-se eco dessas críticas dirigidas pelo secretário-geral da manifestação ao PCP e MDP, embora de forma sensivelmente atenuada.

Outros títulos destacados da “primeira” de “O Século” — “Vasco Gonçalves à Comissão Nacional de Sargentos: “A Unidade do MFA é indispensável à sobrevivência da Revolução””; “Tomaram posse os novos secretários de Estado numa cerimónia em que falaram o Presidente da República e o Primeiro-Ministro” — “A revolução está em perigo — Cunhal não há tempo a perder” (chamada para a conferência de imprensa do PCP do dia anterior). O apoio dos sargentos a Vasco Gonçalves, a posse dos secretários de Estado e a conferência de imprensa de Cunhal encontram-se também entre os temas da “primeira” do “Diário de Notícias”. Outro ponto coincidente significativo: o carácter de “portafichada” da cerimónia de posse dos secretários de Estado é “ignorado” por ambos os manifestos que acitiam o facto com toda a “naturalidade”.

“As grandes manobras”: título jornalístico de um “Apostolado” de Saramago, que sai de um

colóquio de dias passados nomeadamente: “O grande fragmentou-se, por uma pequena expansão, e acabou por se desintegrar em forças políticas que chegaram a este confusão”. E prossegue: “de uma situação de tensão mudam de quem parecia ganhar a perder, uma obra que arrasa o palco por fazer dos seus actores, a situação de Saramago avança: “ao menos, conservar MFA. Outros terão de ir embora, mas os que ficam, que não são os que se excluem do jogo”. A tarde, o “Diário de Notícias” com grande tema em que o jornal — linha PCP — vive em largas paragens do Governo e as suas expectativas tomam em contra-relação. De fundo, as letras vermelhas realçam em seu subtítulo: “Val no número de bastidores: “Pedição do MFA deve apoiar a “Carteira” — “Rádios Portugal” (sobre o projecto comum da “chamada” de interior sobre “Em plena revolução” idemas de “primeira” Na reportagem de âmbito o objectivo principal de segurança do PCP à UDP — que deu à realidade. O secretário-geral da festa às “adesões” MDP não são o contrário, o repulso mesmo títulos de “presença” do PCP, manifestação. “Alto escreve o repórter — denunciar a escalada e fascista e contraindicada de que o Partido

Movimento Democrático surgiu tem sido os grandes viciados, desde Rio Maior e Alcobaca amalício, S. João da Madeira, e, Three e Braga, para não se esquecer os satelizados em Ponte de Lima e da Delgada”.

Matrin, na sua coluna, a prelo de um filme cubano apresentado ao RTP, critica Fabião título geral da crítica é: “Assim não, Fabião, assim quem parecia ganhar a perder, uma obra que arrasa o palco por fazer dos seus actores, a situação de Saramago avança: “ao menos, conservar MFA. Outros terão de ir embora, mas os que ficam, que não são os que se excluem do jogo”. A tarde, o “Diário de Notícias” com grande tema em que o jornal — linha PCP — vive em largas paragens do Governo e as suas expectativas tomam em contra-relação. De fundo, as letras vermelhas realçam em seu subtítulo: “Val no número de bastidores: “Pedição do MFA deve apoiar a “Carteira” — “Rádios Portugal” (sobre o projecto comum da “chamada” de interior sobre “Em plena revolução” idemas de “primeira” Na reportagem de âmbito o objectivo principal de segurança do PCP à UDP — que deu à realidade. O secretário-geral da festa às “adesões” MDP não são o contrário, o repulso mesmo títulos de “presença” do PCP, manifestação. “Alto escreve o repórter — denunciar a escalada e fascista e contraindicada de que o Partido

“Este governo quer-se valer?” “O Sr. Presidente da República, aparentemente, fala em dia.”

“O Sr. Primeiro-Ministro, aparentemente, fala em mesma unidade de tempo sem dúvida ostensiva, mas proclama, que é o minuto.”

Entretanto, “Jornal Novo” traz uma leitura linear — que poderia vincular a exemplo de outros seus colegas, com uma estrita obediência partidária (que, neste caso, do J.N., seria o PS). Com efeito, as suas notas sobre os assaltos a sedes de partidos, são de teor frontalmente condenatório. Um exemplo significativo: “Violência no Norte — um pequeno grupo armista e “Temolgaugue Christian”, em termos muito vivos denuncia no J.N. o assalto à sede do MDP/CDE no Porto. Ainda na mesma perspectiva de uma leitura “do linear”, é a notícia sobre a manifestação de apoio ao documento do COPCON: “A maior manifestação unitária desde o 1.º de Maio de 1974” — é-se em título de primeira página.

QUANTO à “Capital” não acrescenta elementos novos de relevo às revelações dos dias anteriores: o nome de Fabião aparece, porém, como hipótese para primeiro-ministro. De qualquer modo, segundo aquela jornal, a situação camarária para uma “classificação política” que poderia culminar na semana seguinte. A complementariedade dos documentos dos Nove e do COPCON estaria aparentemente assegurada e o Presidente da República teria aceite o projecto que lhe fora entregue. Por outro lado, A CAPITAL concede grande relevo à manifestação do dia anterior, de que dá uma descrição bastante detalhada (incluindo os ataques ao PCP e MDP que “se apolaram a manifestação porque não querem perder o comboio” segundo uma oradora do comício citada por aquele vespertino) sobre a cerimónia de posse dos secretários de Estado — em que é sublinhado o significado político dos discursos de Costa Gomes e Vasco Gonçalves — reconhece-se o seu “carácter restrito”.

# Fogos em as frentes

Começa com o fim de semana a fase explosiva da "batalha decisiva" da informação: a manipulação das notícias — quando não mesmo a sua fabricação —, a infiltração do "diário" ou do "cometa que", atinge o auge. Dir-se-ia, lendo alguns jornais, que estes deixaram de "noticiar" para passar a "produzir" os acontecimentos: é a luta pelo poder que se joga abertamente nas "manchetes", nas entrelinhas, nas insinuações, nas apontas que se fazem a ver se, à força da manufatura, acabam por virar. O comboio da propaganda avança a todo o vapor.

"O Século" dispara em várias frentes: na do apoio ao V Governo ("Linhas de acção programáticas e tabela salarial do funcionalismo") na do reforço da posição de Vasco Gonçalves ("Sargentos e Armada defendem referendo do MFA e da Revolução e caminho do socialismo") no despojetamento de um presumível "golpe" (insuares e rumores marcados no dia de ontem), "Não ao golpe em preparação" — proteta o PCP em comunicado.

Segundo aquele matutino, "controleando o que parecia uma 'saga de corrente de colisão' favorável às posições dos 'nove' (empolada grandemente pelas especulações e 'fugas' de documentos e declarações de elementos militares reproduzidos por certos órgãos de informação, entretanto, proclamados 'independentes') têm vindo a público, sucessivamente, diversas unidades de polícia que, indubitavelmente, se lançavam numa perspectiva progressista do desenvolvimento da Revolução Portuguesa.

"Inconveniente para contra-offensiva revolucionária" — prossegue "O Século" — "da força militar progressista, tanto as recentes declarações públicas do general Vasco Gonçalves, como as posições — recentemente divulgadas — do Secretariado da Armada do MFA, dos Sargentos da Força Aérea e da Comissão Coordenadora Nacional dos Sargentos e, nomeadamente, a recente 'reportagem política' difundida por alguns oficiais do COPCON que, antecorrendo, em Lisboa, foi matéria de uma ampla manifestação unitária de massas trabalhadoras e populares."

Simultaneamente, "O Século" faz-se eco de "rumores insistentes que apontavam inicialmente para uma tentativa de golpe de

estado a levar a cabo por alguns dos últimos tempos. E os boatos e movimentações públicas por algumas unidades de forças armadas considerando-se fora de acção insurreccional a MFA e Força Aérea, que de um lado, publicaram com expressão favorável o prosseguimento da 'revolução portuguesa'.

"O Diário de Notícias" — triante, em manchete: "apoio revolucionário" — que se agrupam três por volta de Vasco Gonçalves. Sargentos da Força Aérea, Comissão Nacional de Segurança do Secretariado do MFA.

Por balão, em grande "Reflexões da posição de Nossa perspectiva, o simfónico do facto de que os Sargentos da Força Aérea, os Sargentos do COPCON, os Sargentos do Comando, passando dependentes actualmente de militares Falcões-Blancos "D.N." adianta o momento, que a tendência para "contra Vasco Gonçalves" — repagaram sequer o "Falcões-Blancos", general Comandante do MFA — como, nomeadamente, do seu discurso no congresso dos novos acionistas do Estado, e os generais Otelo e Carvalho e Carlos Falcões.

Verifica-se, assim, que nos últimos anos os jornais se têm feito "força" da posição de Vasco Gonçalves, referem também, simultaneamente, ameaças de destituições para a "pedra chave" do MFA. Entretanto, ainda se ouve, com alguma curiosidade, a encimada pela reportagem "manchete" da primeira "Z" firmada e apoiada "voluntariamente" uma "apontada" insubordinada, dedicada de um comunicado actualidade nacional transmitida: "Em Setembro do Conselho Central do P.C.P. foi aprovada a posição de Vasco Gonçalves, mas os seus colegas manifestaram-se insubordinados." "Diário de Lisboa" avança um talo garsafal a verificação "trânsito", pronunciando-se "interactivo" e "falçada" de "golpe" insubordinada da notícia é sublinhada definitivo: "Apontada sobre despojetada, MFA e Força Aérea, mesmo que se trata-se na política da vida política nos últimos tempos. E os boatos e movimentações públicas por algumas unidades de forças armadas considerando-se fora de acção insurreccional a MFA e Força Aérea, que de um lado, publicaram com expressão favorável o prosseguimento da 'revolução portuguesa'." "O Diário de Notícias" — triante, em manchete: "apoio revolucionário" — que se agrupam três por volta de Vasco Gonçalves. Sargentos da Força Aérea, Comissão Nacional de Segurança do Secretariado do MFA. Por balão, em grande "Reflexões da posição de Nossa perspectiva, o simfónico do facto de que os Sargentos da Força Aérea, os Sargentos do COPCON, os Sargentos do Comando, passando dependentes actualmente de militares Falcões-Blancos "D.N." adianta o momento, que a tendência para "contra Vasco Gonçalves" — repagaram sequer o "Falcões-Blancos", general Comandante do MFA — como, nomeadamente, do seu discurso no congresso dos novos acionistas do Estado, e os generais Otelo e Carvalho e Carlos Falcões. Verifica-se, assim, que nos últimos anos os jornais se têm feito "força" da posição de Vasco Gonçalves, referem também, simultaneamente, ameaças de destituições para a "pedra chave" do MFA. Entretanto, ainda se ouve, com alguma curiosidade, a encimada pela reportagem "manchete" da primeira "Z" firmada e apoiada "voluntariamente" uma "apontada" insubordinada, dedicada de um comunicado actualidade nacional transmitida: "Em Setembro do Conselho Central do P.C.P. foi aprovada a posição de Vasco Gonçalves, mas os seus colegas manifestaram-se insubordinados." "Diário de Lisboa" avança um talo garsafal a verificação "trânsito", pronunciando-se "interactivo" e "falçada" de "golpe" insubordinada da notícia é sublinhada definitivo: "Apontada sobre despojetada, MFA e Força Aérea, mesmo que se trata-se na política da vida política nos últimos tempos. E os boatos e movimentações públicas por algumas unidades de forças armadas considerando-se fora de acção insurreccional a MFA e Força Aérea, que de um lado, publicaram com expressão favorável o prosseguimento da 'revolução portuguesa'." "O Diário de Notícias" — triante, em manchete: "apoio revolucionário" — que se agrupam três por volta de Vasco Gonçalves. Sargentos da Força Aérea, Comissão Nacional de Segurança do Secretariado do MFA.

no Presidente da República constitui uma plataforma de unidade capaz de pôr fim ao impasse em que se debate o processo revolucionário; e que os autores dos dois documentos que o Projecto deveria reflectir — o "Documento Melo Antunes", ou dos "Nove", e a Proposta de Trabalho para um Programa Político — oficiais afectos ao COPCON — adiantam não ter chegado a acordo" quanto à conciliação de ambos: "A Capital" confirma, por outro lado, a desvinculação do COPCON das unidades da Armada e Força Aérea, que passam a depender dos respectivos Estados Maiors.

A viagem de Otelo e Falcões a Évora — "para palestrar situação político-militar" — depois da ida a Coimbra no dia anterior é notícia. Entretanto, o M.C.S. denuncia a detenção de Vasco Gonçalves no Alentejo e a marginalização de Otelo por Costa Gomes, que lhe teria retirado apoio. Para "A Capital" o "falado" golpe de Estado se diria "a que o "Diário de Lisboa" ajuda condadamente — inseria-se nesta "onda de boatos".

Faz a um conjunto de notícias deste teor, o "Jornal Novo" dirige-se ao leitor: "Com o clarão, ai temos a cabeça "O Documento Político" do Programa Económico de Transição do PS". Mas o mais contrastante — com os outros jornais da tarde aqui referenciados — é a fotomontagem a toda a largura da primeira página ("Flecha Política" — legenda que de interrogativa tende a afirmativa onde Falcões surge no lugar de Vasco Gonçalves aparecendo em segundo plano personagens como Melo Antunes, Vitor Crespo, Vitor Alves, João Cravinho, Jorge Sampallo e outros. E "Jornal Novo" dá basear-se em "informações" vedadas, mas não satisficções que indicariam a constituição para a semana seguinte de um novo governo presidido por Falcões e ocnão como vice-primeiros-ministros Melo Antunes e Crespo. "A Capital" — salienta o "Jornal Novo" —, o novo governo aplicaria os princípios contidos no Documento Síntese encontrado de lous dos "Nove" e das suas ligadas e elementos do COPCON: "uma acção de esquerda dinâmica e eficaz, de forma a incentivar o apoio nacional indispensável a uma revolução socialista".



# Quem sobe? Quem desce?

Preto contra branco, branco contra preto: "O Século" destaca em primeira página o falado malogro do encontro entre os elementos do COPCON e dos "Noves" no Restelo e aponta para um reflexo da posição de Vasco Gonçalves. Em contrapartida, sustenta, o "leque com que a "facção dos nove" terá contido parece encontrar-se em fase de contração." Segundo o mesmo jornal, a "tríngula" constituída recentemente pela "linha Vasco Gonçalves", "linha dos nove" do COPCON e "linha dos nove" não surge agora como plataforma de análise nos meios políticos, na medida em que se consideram terem os "nove" encontrado pela frente uma unidade mais ou menos firme das outras duas correntes que parecem encontrar-se sem oposições como adversários de vocação direitista. Retomando análises expostas pelo D.L. da véspera, "O Século" avança: "Observadores colocados em vários quadrantes relacionam esta aparente decisão de temperatura com a ideia mais ou menos assente em vários meios de que Otelo vá a sua infâmia em rápido declínio. É pelo menos, o significado que se atribui às suas declarações em Colúmbia. Com Fabião, passar-se-á um fenómeno semelhante, admitindo-se ainda a possibilidade de Vítor Crespo, Vítor Alves e Melo Antunes entrarem em notáveis acções, logo que encerrada a presente crise politico-militar. Estas personalidades, aliás, parecem não contar com apoios que vão além do CIAC, EFC, EPI e alguns regimentos de franco poder operacional situados no interior do país".

Por outro lado, "O Século" defende a tese (apesar dos próprios desmentidos do M.C.S.) segundo a qual uma "tentativa de golpe mil-

tar ainda não completamente despoletada, teria ocorrido no País na noite de terça para quarta-feira. O plano do golpe teria sido minuciosamente preparado e incluída a ocupação das estações de rádio e televisão, o mesmo acontecendo com os outros órgãos de informação." Sempre segundo "O Século", que se reclama de fontes "políticas" e "bem informadas", "o golpe seria comandado por forças simpáticas do grupo de oficiais identificados com a linha Melo Antunes e visaria uma mudança política radical no curso da Revolução Portuguesa."

O "Diário de Notícias", apontando para o mesmo alvo das teses do "Século", insiste no reflexo do poder de Vasco Gonçalves que contaria, segundo este jornal, com "o apoio enérgico de amplos sectores das Forças Armadas" e na tendência para o "isolamento" dos Nove. No entanto, se as notícias reflectem optimismo — do ponto de vista das posições defendidas pelo D. N. — já dois significativos comentários inseridos na mesma edição manifestam profundas apreensões. Assim, Mário Ventura Henriques, que pela primeira vez aparece como editorialista de fundo do D. N. pergunta em título de caixa alta: "Para onde vamos?" — fazendo-se depois eco de várias perplexidades e inquirições sobre as contradições manifestadas no seio das Forças Armadas. Quanto a Saramago, também sa primeira página, em comentário significativamente intitulado "Ser ou não ser Vasco", declara que o "Diário de Notícias" não é "vocêdólio", nem "vocêdólio". Contudo, depois de excitar as eventuais qualidades germinativas de Fabião, Melo Antunes ou Crespo, e admitindo secretamente que Vasco Gonçalves venha a ser demitido do cargo que ocupa, remata Saramago: "Em

nossa humilhante opinião, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves é homem para o socialismo, o único entre as figuras históricas do MFA. Se é político para um dia ou para dez anos, não futurismo. Apenas prezemos que sabido ele não haverá socialismo em Portugal".

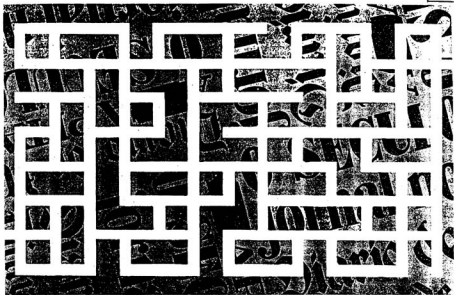
A tarde, o triunfalismo noticioso assenta arraisal no "Diário de Lisboa". Título de primeira página: "O MFA reza a unidade — repõe-se a linha do Vasco". A notícia do "D.L." interpreta uma reunião do Directorio efectuada a partir das 10 horas desse mesmo dia com os chefes de Estado-Maior das três armas, como um sinal indicativo de uma superação definitiva da crise (a favor da consolidação do poder da "linha Vasco Gonçalves") que culminaria na próxima reunião da Assembleia do M.F.A. — órgão cuja representatividade é contestada pelos "Nove" e militares de outras tendências, devido à posição hegemónica de que se desfruta e corrente afecto ao general Gonçaves. Também o "Diário de Notícias" e "O Século" vêm referendo com insistência o "órgão máximo" do MFA como depositador decisivo da crise.

O "D.L." sustenta, por outro lado, que mesmo Vítor Crespo e Vasco Lourenço haviam concluído ser impossível um acordo entre o "projecto dos Nove" e o "projecto COPCON". Otelo, ainda segundo o "D.L.", virou-se para um apoio total à posição dos autores do chamado documento do COPCON, desligando-se assim dos "Nove", que ficaram isolados. (É de notar que, contrariamente ao estilo adoptado por quase todos os jornais em questão, o "D.L.", nesta passagem noticiosa aban-

dona o tom "condicional" e passa a "afirmativo". Já noutras passagens, porém, adopta expressões totalmente indefinidas (ex. "conta-se sabo-se mesmo") para referir o apoio que alguns militares do COPCON, perante a impossibilidade de chegarem a um acordo com os "Nove", teriam passado a dispensar a Vasco Gonçalves.

Finalmente, a mensagem-apele de Fabião sai no "Diário de Lisboa" amputada de todas as passagens de teor claramente crítico em relação às campanhas de "terrorismo psicológico" que apontam como directivas e contra-revolucionárias todos e quaisquer discórdias com o ramo actualmente seguido pelo processo politico.

Afinal, na cineira de Belém, haviam-se feito representar elementos dos "Nove" — notícia "A Capital", com foto de Crespo a chegar à reunião, contrariando assim o teor da notícia do "Diário de Lisboa". Os jogos continuam ainda por jogar em definitivo. A formação de um governo Fabião — que Costa Gomes teria já designado para primeiro-ministro — é admitida pela "Capital". Confirma-se o "corre" (por carta Otelo-Vasco, Quanto ao "Jornal Novo" — um sábado "apagado" Têlécor). Continuação do programa de transição do PS. Resposta de Marchais a Mitterrand sobre Portugal. Um desporto de 3.ª página com Costa Gomes tentando atravessar o abismo entre Vasco e Otelo. Numa caixa, em página interior, algumas percentagens de adesões em unidades militares ao "documento dos nove". Claramente favorável do lado dos oficiais, menos ou até desfavorável do lado dos soldados. A mensagem-apele de Fabião é publicada com destaque, na imprensa.



Segunda, 25 · Segunda, 25 · Segunda, 25 · Segunda, 25

## A «guerra dos comunicados»

A guerra de comunicados entre a Presidência da República e a 5.ª Divisão assinala o princípio do desenlace numa crise que atinge já o rubro. Face à análise do famoso comunicado daquele departamento militar pela Presidência da República, o "Século" afirma que se "força que terão estado na origem da anulação dos comunicados não podem deixar de ser as mesmas que se esforçam para impedir que a revolução portuguesa atinja o seu objectivo". Por outro lado, ao mesmo tempo que anuncia com o maior relevo a convocação da assembleia de MFA decidida em reuniões de militares com o Presidente da República, "O Século" assevera: "O V Governo mantém-se". A segunda página é ocupada pela transcrição integral de um programa radiofónico da 5.ª Divisão, propagandístico do V Governo, como tendo produzido mais "em duas semanas que os anteriores Governos em vários meses" — e atacando directamente os "Nove" (enquanto a actual crise é comparada à preparação do 11 de Março). Se Otelo e Fábio são dados como opositores a Vasco, Pinheiro de Azevedo e Moraes e

Silva (fotos à entrada da "primeira"), "dela houvesse que stm representado um importante papel no decorear da crise", são apresentados como pontos de apoio do general Gonçalves. O encontro do PCP em Évora (50 000 presenças, na versão de "O Século") é assinalado com destaque. Em contrapartida, anunciam-se encontros de Carlucci com Costa Gomes e com os "Nove". Esta última e hipotética entrevista será igualmente referenciada pelo "Diário de Notícias" e pelo "Diário de Lisboa", o que virá ocasionar, dias depois, por coincidência, uma tomada de posição vigorosa da Presidência da República contra o D. N. Vasco Gonçalves ao lado de um operário da Sorefama (isto sem qualquer "propósito" noticioso, e datada de largas semanas atrás) domina graficamente a "primeira" de "O Século".

"Apoio popular a Vasco" insiste por seu turno o "Diário de Notícias". "Continuam a chegar à nossa Redacção — escreve — mensagens de apoio a Vasco Gonçalves e ao V Governo Provisório e contra o que é classificada unanimemente como "manobras

divisões de direita". Por outro lado, apesar da controvérsia suscitada acerca da efectiva validade dos comentários da Presidência da República e da 5.ª Divisão, suspenso um e azulado outro, o "Diário de Notícias" em fundo assevera: "O reforço do Governo, a reestruturação do Conselho da Revolução e o respeito pelas forças revolucionárias do MFA (em especial da Assembleia de Delegados, bem como a não aceitação do 'Documento dos Nove', parecem constituir as coordenadas da nova situação político-militar, na sequência da importante reunião realizada na madrugada de ontem no Forte de S. Julião". De qualquer modo, é sistématica a frustração que tanto o "Diário de Notícias" como os seus colegas de linha partidária não ocultam quanto à "mité au point" da Presi-

dência da República, procurando minimizar as suas repercussões políticas.

O "Diário de Lisboa", que anuncia em fundo a comunicação da "Frente Revolucionária" entre o PCP, o MDP e outras organizações políticas — e que mereceu de "O Século" uma segunda edição — assegura, num balanço sumário da crise política, que o "chamado 'documento dos nove' foi definitivamente afastado como instrumento de trabalho, necessariamente porque constituía um recuo perigoso no processo revolucionário português, que tem de ser conduzido pelas forças mais progressistas — civis e militares."

Enquanto isto, o "Jornal Novo" abre fogo na direcção precisamente oposta. Título muito destacado refere: "A pedido de Costa Gomes —

Fabião entrega hoje ao Presidente os nomes do VI Governo". E em subtítulo: "O 'golpe de Estado' não passa de 'golpe de informação'; "O Presidente repreende a 5.ª Divisão"; "Espera-se que Otelo se pronuncie". Na fotocromagem, uma "antecipação" em capa da "Newsweek"; em Agosto de 76, Brejnev e Fabião confraternizam, enquanto um Cunha sorridente em segundo plano, acompanha. O optimismo "unitarista" do jornal de Portela não conhece fronteiras: afinal, vamos ser todos bons amigos, não é?

Entretanto, "Jornal Novo" é peremptório: "Hoje ou amanhã o general Costa Gomes lerá ao país o 1.º Programa do MFA e anunciará o regresso ao Conselho da Revolução dos 9 oficiais suspensos, e possivelmente dos que haviam pedido a demissão."

Terça, 26

## «A 5.ª Divisão sacrificada»

O "25 de Agosto", data da criação da Frente Unitária Popular, já assinalada pelo MES e saudada por Murtelira, englobando várias organizações políticas, do PCP ao PRP/BR, é celebrada no "O Século" como data histórica. Na primeira página, ainda, "manchete" convocatória da manifestação unitária do dia seguinte. Tema principal: "A Assembleia do MFA convocada para a reestruturação do CSR — A 5.ª Divisão suspensa — Corvocho transmite o comando." Entretanto, um longo comentário "Da importância da Frente ao impasse que se mantém" sintetiza exemplarmente, embora sem lhe acrescentar nada de novo, as posições caracterizadas de "O Século", cuja identificação com a linha do PCP se verifica de facto a 100%. Basta comparar esse longo comentário editorial com recentes tomadas de posição do partido de Cunhal. A tal ponto que as críticas

directas feitas no documento do COPCON contra este partido, a 5.ª Divisão ou a acção dos governos provisórios são traduzidas no comentário da redacção de "O Século" por "críticas a aspectos dirigidos da Administração".

A "primeira" do "Diário de Notícias" toca os mesmos pontos que "O Século" (embora não refira em título a suspensão da 5.ª Divisão) E insiste nos "Novos com Carlosel". Por outro lado, a tentativa de "recuperação" de uma manifestação popular unitária no Porto por uma outra desencadeada à última hora pelo PCP, o MDP e a Intersindical em apoio expresse ao regresso de Corvocho, é escamoteada.

O "Diário de Lisboa" retoma os temas dos seus colegas de linha matutinos, entre triunfalista e paranoico: "Vasco e Corvocho nos seus pontos — 5.ª Divisão foi sacrificada". E na entrada da notícia o

D. L. assinala que no seio da crise "uma figura emergiu e vai ser determinante a do alentejano Pinheiro de Azevedo".

O "Jornal Novo", por seu lado, entra ironicamente na dança dos comunicados (ao mesmo tempo que Portela responde ao gabinete do primeiro-ministro) e precisa: — "Faltão itaquianos ontem a presidir ao VI Governo"; "Admite-se a hipótese de Pinheiro de Azevedo para primeiro-ministro". Entretanto, Sá Carneiro, em entrevista longa (de regresso) acha que o FPI está muito à esquerda que o marxismo invade todo lo próprio PS) e assume-se provavelmente como a nova esperança da direita.

"A Capital" assinala "novo impasse" — "Novo recuso de reintegração no C.R.", em notícia detalhada sobre a evolução da crise.

Para onde vai Portugal?



Expresso

75-08-30 R 18

SOUSA,

Marcelo Rebelo

# 5 CENÁRIOS ATÉ DEZEMBRO DE 1976

Marcelo Rebelo de Sousa

A ENUMERAÇÃO e descrição  
médria dos cenários possíveis da  
evolução política portuguesa,  
analisando os principais factores  
influenciadores, constitui, neste  
momento, um rito de convergên-  
cia.

Atravessamos uma crise política

prolongada e de saída ainda pro-  
blemática, e um esconço destes  
que, mesmo em tempo de estabilí-  
dade, seria aleatório, por maioria  
de razão e é um período como o  
que vivemos.

Ainda assim, pensa-se que vale a

pensar um esforço de clarificação e  
de consciencialização das várias  
pistas alternativas do futuro  
português.

Esta tentativa vale pois como um  
esforço a desenvolver criticamente  
em momento ulterior.

## 5 cenários

Os cenários, necessariamente abstratos, que visualizamos são os seguintes:

a) — triunfo da "linha" da esquerda revolucionária do processo político em curso;

b) — acesso e controle do poder, a nível exclusivo ou dominante, pela linha do PCP;

c) — adoção de uma linha de poder socialista, mantendo os mecanismos da democracia política da pluralidade;

d) — advento de um regime político neocapitalista, accitando um grau de "liberalismo" polí-

tico de extrema-direita, e o horizonte temporal é o ano 1978, que funciona — para um 1.º prazo.

Resumem-se os cenários, e apontamos a sua contornos de uma mais pormenorizada.

O cenário a — esquerda revolucionária — corresponderia à instauração do "poder popular" defenido por várias organizações politicas de extrema-esquerda. Desde já, a via para a sociedade socialista seria a da dialéctica do proletariado, revestido de formas basistas de organização e de manifestação, a vontade popular.

O tipo de organização socio-económica privilegiaria a iniciativa e a auto-organização das massas populares nos locais de trabalho ou de residência, passando as estruturas políticas como expressão de um processo colectivo de apropriação colectiva dos meios de produção.

No domínio das relações externas, prevaleceria um não alinhamento com qualquer dos grandes blocos e a tentativa de aproximação de sociedades também não alinhadas do chamado "Terceiro Mundo". A saída da Organização do Tratado do Atlântico do Norte, mas com a constituição de uma desvinculação imediata em relação ao imperialismo americano; ao mesmo tempo que passaria para segundo plano o esquema de integração na Europa.

O cenário b) — a linha PCP — admitiria também uma via de dialéctica do proletariado, assumindo uma política de democracia popular. Característico deste cenário seria o papel do Partido socialista, como mecanismo político de imposição vertical e papel destacado distinguiria o "poder" do "poder" baseado no princípio da iniciativa de base.

As Forças Armadas poderiam, uma, desempenhar uma de duas funções no cenário b) e, embora

mais limitadamente, também no cenário a) — a função simbólica de servir de cúpula transitória a uma estrutura que as desape progressivamente de chefia; ou a de manterem uma posição relevante, conflituosa com o Partido nos principais escalões do aparelho de estado. (E aqui uma modalidade concebível é a cubana).

O substracto socio-económico seria marcado pela planificação imperativa e pela apropriação colectiva dos meios de produção, consoante que a ritmo mais lento do que na hipótese al ideologicamente no caso das pequenas e médias propriedades agrícolas).

Em termos políticos, o centralismo democrático poderia admitir uma pluralidade de organizações políticas, desde que acentuadas da opção marxista-leninista, ou tão somente um partido ou uma frente partidária (tipos Alevnha Oriental ou soviético).

No domínio da política externa, prevaleceria o estruturamento de relações, designadamente políticas, com os países da Europa de Leste, e outros empenhados numa via similar à deste cenário português.

A desvinculação da NATO dependeria no seu tempo e modo das condições concretas da conjuntura, mas tenderia a verificar-se.

No que respecta à integração europeia ocidental, ela qualificar-se-ia na procura de formas de acordo ou associação não comprometedoras do sistema económico vigente.

O cenário c) — socialismo democrático — corresponderia à escolha de um caminho socializante, accitando um mecanismo próprio — da democracia pluripartidária de base eleitoral.

Neste cenário, a organização socio-económica seria, durante período não demarcado, a coexistência da colectivização dos principais meios de produção com a permanência da pequena e média iniciativa privada.

O plano reveste-se de uma dupla natureza imperativa e enquadrante, e o capital externo desempenha um papel complementar de reserva, embora em sectores especificamente delimitados.

Este cenário revestir-se-ia de caracteres económicos de transição, com um grau de colectivização superior ao da maioria dos países capitalistas, mas respeitando mecanismos privados e de mercado ainda qualitativamente diversos dos chamados países socialistas.

Em termos políticos, o sistema vigente apresentaria similitudes formais como de países capitalistas do Ocidente Europeu (i.e. formais porque o próprio contexto económico daria diverso significado substancial a esse sistema).

Neste cenário, as F.A., poderiam tender a apagar-se perante a dinâmica própria do processo social e político, ou, ao invés, po-

deriam assumir uma liderança condicionadamente do funcionamento do pluralismo político e partidário (em caso aproximado — da experiência prussiana).

No domínio das relações externas, este modelo seria pragmático, procurando uma posição de relativa independência dentro do bloco geo-estratégico em que Portugal se encontra inscrito (um pouco em contraponto, p.e.x. a uma Romênia). Para tanto, além de fomentar relações não discriminatórias com todos os Estados do mundo, privilegiaria a integração económica na Europa, e uma estratégia virada para o Mediterrâneo.

No seu todo, este cenário pode tender para duas saídas alternativas, ou se queda num neocapitalismo avançado análogo ao oeste-europeu, ou aboe uma nova via para a sociedade socialista original, não-experimentada cabalmente, apesar de variantes de países do J.C. mundo, em que a componente militar é muito viva.

O cenário d) — direita liberal — representaria o triunfo dum sistema neocapitalista que mantivesse no plano socioeconómico um papel director e coordenador ao Estado, mas reconhecesse um amplo papel à propriedade e à iniciativa privadas.

No plano político, este regime seria levado a aceitar um pluralismo compatível com a infraestrutura económica que, por seu turno, se distinguiria da presente — e da do cenário c) — pelo abandono (total ou parcial, transitório ou definitivo) da colectivização de vários sectores produtivos.

O grau de pluralismo (ou autoritarismo) consentido por este modelo dependeria da resistência de forças políticas de esquerda à sua implantação (i.e. claro, ao seu afastamento — delas — do poder).

Neste cenário, a função das Forças Armadas poderia ser a de um comando transitório da vida política, ou a de uma abstenção transformada em apoio discreto "porão" a um poder político civil.

Externamente, este cenário optaria por uma inserção vinculada no bloco americano e por uma integração política rápida na Europa, atenuando ou menospeçando embora podendo manter as relações com os países de Leste e do 3.º Mundo.

O cenário e) — extrema direita — condensaria um sistema económico de capitalismo altamente concentrado e protegido, e um regime político ditatorial, supressor ou limitador dos mecanismos do pluralismo democrático.

Externamente, este regime procuraria amidar relações estreitas com os EUA e os países da Europa Ocidental, e manter-se-ia com os regimes de direita autoritária ou de extrema-direita em vigor.

## As aberturas

Em TERMOS muito simples, as zonas alternativas correspondem: a A ao vencimento de uma linha esquerda; a B ao controle, limitado ou mediato (com o apoio da F.A.), do aparelho de Estado pelo PCP e outros partidos consergens (servindo por sinal de modelo, p. ex., o Projecto da Frente de Esquerda e o Programa do V.º Governo Provisório); a C à concretização de uma linha pregada pelo Documento dos 9; a D a uma linha que à falta de melhor qualificação diríamos liberal; e a E a uma revivência de uma ditadura ultra-reacionária,

## Os principais factores

Para julgar do grau de probabilidade na verificação dos factores, interessa reexaminar os principais factores influenciantes do futuro político circunscrito pelo horizonte temporal delineado. Nesta enumeração sumária, vamos os seguintes factores que entre si se encontram interrelacionados:

1 — Situação económica — ou seja, superação da crise presente, ou estabilização, ou agravamento, sobretudo nos domínios da pro-

dução, desemprego, nível de preços, e equilíbrio económico exterior;

2 — Situação em Angola — melhoria, estabilização ou agravamento, com as repercussões socio-económicas do retorno, e políticas do eventual empunhamento militar e desgaste ou deterioração;

3 — Situação nos Açores — recasso, estabilização ou incremento do surto autonomista, e correspondentes formas de actuação do Poder Central;

4 — Equilíbrio no plano dos partidos, e outras organizações políticas e sociais (como a Igreja Católica, os Sindicatos e os meios de Informação) — expansão,

capacidade de mobilização, capacidade de intervenção e de dissuasão.

5 — Equilíbrio de forças militares no seio do MFA;

6 — Como factor enquadrante, a influência dos blocos geoestratégicos;

7 — No seu todo, e como reflexo destes e outros factores maior ou menor agudização da luta de classes, estratégias e táticas de aliança de camadas de classe e sua repulção.

Iremos, então, conjugar os diferentes cenários e os variados factores, distinguindo os que funcionam positivamente para cada cenário daqueles cuja influência é negativa.

com afinidades evidentes com o auto-25 de Abril.

Em localização partidária, para o cenário C, se inclinaria largo número de elementos do PS e os ex-Mes, para o D à falta de cenário alternativo o PPD — em certa medida a linha da última entrevista de Sá Carneiro, e o CDS, para o E a linha dura do regime deposto a 25 de Abril de 1974.

A inclinação natural do PCP e da esquerda revolucionária é óbvia. Em contrapartida, a ala direita do PS e o PPD — leitura Emídio Guerreiro tenderiam para C muito embora o lastro de alguns simpatizantes do primeiro e bases do segundo partido possa puzar para o cenário D.

Em tese, seriam concebíveis

outros cenários, mas a sua verosimilhança face à realidade actual seria carecida do mínimo de fundamentos.

Assim, por exemplo, entre o cenário C e o cenário D falta o puro cenário neocapitalista avançado homólogo de experiências europeias, mas a conjugação dos factores influenciantes não lhe concede uma probabilidade significativa de ocorrência.

Também para muitos faltaria um cenário terceiro-mundista, típico. Parece-nos, neste particular, que não há um cenário terceiro-mundista, e os elementos terceiro-mundistas podem estar presentes (e estão) em vários dos modelos de evolução acima discriminados.



### Cenário A: esquerda revolucionária

Constituiriam factores positivos para a viabilidade do CENÁRIO A:

- a) — um equilíbrio entre forças políticas que reforçasse as organizações de base em favor dos partidos (talvo os de esquerda revolucionária);
- b) — a tomada de posições nos sindicatos e meios de Informação;
- c) — o acentuado da capacidade de mobilização e intervenção (inclusive armada) dos grupos de esquerda revolucionária;
- d) — um equilíbrio no MFA que privilegiasse, ainda que por exclusão de partes os militares do linha acima referida, designadamente disseminados por algumas unidades do COPCON, da Região Militar de Lisboa;
- e) — a captação do apoio de líderes militares de cúpula;
- f) — a neutralização activa ou passiva, dos dois blocos estratégicos;

Como factores negativos poderíamos enfileirar os seguintes:  
a) — o agravamento da situação económica, designadamente nas zonas rurais, com a formação de uma massa de desempregados e restrições de bens essenciais e a subida do custo de vida e a incutação global da situação política (inclusive o que é logo chamado anarco-populismo radical.) Embora, em tese a crise económica possa scitar a luta radical de sectores do proletariado urbano e suburbano a resultante global é desfavorável a esta linha;

- b) — a expansão de partidos moderados e a sua capacidade de mobilização;
  - c) — a posição do PCP;
  - d) — o peso da Igreja Católica em largas zonas do país;
  - e) — a refracção de sindicatos e meios de informação, como expressão de tendências moderadas, ou em obediência à estratégia do PCP;
  - f) — a opção política socialista anti-radical de estruturas das F.A. na maior parte do país, com o refluxo da opção dos 5;
  - g) — a prurência de ambos os blocos, estratégias explícita ou implícita, contra este cenário.
- Assim, ponderados os factores, parece resultar que a hipótese de verificação deste cenário tende a ser escassa na maioria do território, por falta de base social de apoio e de condições subjectivas mínimas. Teoricamente, fica de pé a eventualidade de experiências isoladas, urbanas e transitórias, pela própria conjugação de factores adversos e fragilidade dos positivos. Uma e outra alternativa parecem pouco válidas a curto prazo.

### Cenário B: o peso do PCP

Se considerarmos agora o CENÁRIO B, teríamos como factores positivos;

- a) — todo o esforço de superação da crise económica, anterior a uma mudança significativa da equipa dirigente;
- b) — a melhoria ou estabilização da situação em Angola e nos Açores, tentando tornar o processo politico português imune à sua inflação constante;
- c) — a manutenção e até retoma da expansão e capacidade de mobilização que o PCP e partidos convergentes têm vindo a perder notoriamente;
- d) — a maior penetração nas organizações populares de massa;
- e) — a recuperação de perdas no plano sindical e a manutenção e recuperação no plano administrativo central e local;
- f) O reforço de posições na informação em termos de credibilidade e neutralização dos órgãos não afectos;
- g) a aproximação tática de uma fachada de esquerda revolucionária, tentando captar apoios pontuais;

b) — a manutenção de estruturas armadas de dissuasão;

h) — a contenção da vaga anti-PCP, designadamente de violência física, sobretudo no Norte e Centro, e a garantia de uma cultura controlada da grande Lisboa;

- i) — a reaproximação com a Igreja Católica;
- j) — os elementos apolíticos no MFA, a nível do Conselho da Revolução, da Assembleia do MFA, do Governo, de EMGPA (alguns sectores), e de Comissões Dinamizadoras de Armas ou de grau (vg. sazenos) outros sectores do MFA;
- k) — a aliança tática com outros sectores do MFA;
- l) — em termos externos, este cenário beneficiaria com um auxilio claro e ostensivo dos países do Leste europeu (lipo auxilio da URSS e Cuba), e, em menor escala, com a condescendência do Pacto de Varsóvia e a não intervenção do bloco da NATO.

Como factores negativos,

- a) — o agravamento da situação económica, sobretudo quanto maior for o período de gestão do 5.º Governo, justa ou injustamente associado a forças defensoras deste cenário;
- b) — o agravamento da situação em Angola e nos Açores;
- c) — a subida de partidos moderados, e a viragem à direita de largos sectores da opinião pública;
- d) — o crescendo de anti-PCPismo;
- e) — a quebra de influência no documento político, informativo e sindical;

f) — o militantismo anticomunista da Igreja Católica;  
g) — os choques do PCP com a esquerda revolucionária;  
h) — a subida do peso da linha do MFA defensora do cenário C, e a reacção de Comandos, a nível de armas, de regiões militares e de unidades;

i) — as flutuações nas relações com sectores da esquerda revolucionária, do MFA, que tendem a atacá-lo;

j) — externamente, a não passagem da URSS para um apoio deliberado e o início das pressões mais directas — políticas e económicas — americanas e europeias tendem a encurtar viabilidade a este cenário.

No seu todo, a viabilidade imediata de passos para este cenário depende da conversão em acto de uma potência política do PCP, que atinja já o seu cume no passado e entre no declive.

Essa viabilidade, com base no apoio do proletariado e alguma pequena burguesia urbana e suburbanos, não se estende à maioria do país, mede as condições objectivas e subjectivas geram o refluxo de um tal processo.

A confluência de factores positivos a curto prazo é ainda razoável, mas à medida que o tempo passa essa confluência diminui de relevância.

A prazo de um ano, a conjugação das pressões externas — que suscitou a questão do "socialismo num só país" — as condições sócio-económicas e políticas parecem indicar que este cenário não será então possível.

Em termos de degeneração um cenário destes à escala nacional, que nos parece pouco verosímil, teoricamente irreversível e estagnado. Mas, à escala de uma experiência circunscrita a uma zona onde a penetração da "vanguarda" é mais acentuada (Grande Lisboa) — então a sua queda a prazo tenderia a gerar cenário antitético (de direita ou extrema-direita).

A presente situação política, que representa um compromisso de caminhos, tem muito de linha para o cenário PCP, tendido a gerar fenómenos crescentes de polarização de forças numa linha de franca oposição.

## Cenário C: via socializante democrática

Expondo o elenco dos factos favoráveis teríamos:

a) — a superação, ou ao menos contenção da crise económica, em tempo azado lançámo-nos como limite Março/Abril (do ano de 1976);

b) — a melhoria da situação em Angola e nos Açores, ou, pelo menos, a minimização dos efeitos negativos no primeiro caso, e a solução do segundo;

c) — a manutenção ou reforço dos partidos apoiantes, designadamente nos sindicatos;

d) — a não contestação frontal, sistemática e violenta pelo PCP e pela extrema-esquerda;

e) — o esquadramento das organizações políticas de base, e a reestruturação, em termos plurais, da informação, sobretudo a estatizada;

f) — o apoio ou não beligerância da Igreja Católica;

g) — a alteração da composição das estruturas adversas do MFA, e o reforço da operacionalidade das estruturas favoráveis, a todos os níveis;

h) — a neutralidade da URSS e o apoio ou tolerância do bloco, dito ocidental, com sequelas a nível da ajuda económica e política.

Como factores negativos teríamos:

a) — o agravamento exponencial, da crise económica;

b) — o agravamento em Angola e nos Açores;

c) — a resistência frontal e global do PCP e da extrema-esquerda nos planos político, administrativo, sindical e informativo;

d) — a crescente actividade de partidos de oposição ou de movimentos clandestinos de direita, impulsionados e impulsionando a vaga anticomunista;

e) — as resistências mesmo

dispensadas, das linhas de extrema-esquerda e PCP no MFA, multiplicadas pela deterioração das estruturas da economia;

D — uma eventual hesitação do bloco da NATO, correspondendo à viagem, mais ou menos convicta a cenários mais à direita; e ou uma pressão mais evidente do bloco soviético.

No seu todo, este cenário apresentaria uma viabilidade clara a curto prazo, se se conjugassem os condicionamentos externos com um equilíbrio no MFA que lhe fosse favorável. Todos os demais factores significativos lhes seriam positivos, salvo a eventual reacção do PCP e da extrema-esquerda.

A prazo superior a 2-3 meses, a crise económica, a radicalização política à direita de vários sectores sociais, e uma eventual inflexão do contexto externo (também mais para a direita) — poderão retirar a este cenário viabilidade designadamente no seu horizonte-fim de 1976.

Em termos de degeneração, por significação dos factores desfavoráveis, este cenário ocorreria perante os vectores de outros mais à direita. Esta degeneração tende a accentuar-se com o decurso do tempo, e a negativização dos condicionais-mem que se integra a sua esperimentação.

## Cenário D: a direita liberal

O cenário D teria como factores particularmente favoráveis os seguintes:

a) — o agravamento da situação económica, sob a gestão de qualquer dos cenários anteriores, ou suas formas híbridas mas agravamento a curto prazo e contível;

b) — o agravamento temporário da situação em Angola e nos Açores, mas também contível;

c) — a ultrapassagem dos partidos existentes pela direita por parte de largos sectores sociais com fixação numa versão "direitista" do FPD ou CDS, e a actividade de movimentos clandestinos de tipo spiofolista puro;

d) — o apoio militante da Igreja;

e) — o desprestígio e auto-deterioração das estruturas sindicais e da informação, nos sectores de difícil conquista para forças apoiantes deste cenário; e criação de novas estruturas informativas;

f) — o degradar das linhas do MFA defensores dos cenários A, B

e C; na expectativa de que afluente uma linha democrática moderada;

g) — a inactividade do bloco soviético, e o apoio político e económico do bloco americano. Com factores desfavoráveis, haveria:

a) a resolução, ao menos tendencial, da crise económica sob a gestão dos cenários anteriores;

b) — a manutenção ou refluxo do peso de estruturas políticas favoráveis ao cenário C;

c) — a oposição militante do PCP e da esquerda revolucionária, designadamente nos centros urbanos;

d) — a preferência da Igreja pelo CENÁRIO C;

e) — o prestígio das estruturas administrativas, judiciais e informativas; reestruturadas;

f) — o peso das linhas do MFA adversas, a recusa em matéria social-económica, e a dispersão e debilidade de um sector das FA propagador deste cenário;

g) — a acção interna do bloco soviético, ou a preferência do bloco americano pela espera ou pelo apoio ao CENÁRIO C.

Em síntese, as possibilidades do CENÁRIO D, a curto prazo, parecem ser muito restritas, pela conjugação das reticências externas e do equilíbrio político e militar interno. Essas possibilidades crescem, com o tempo, na medida do agravamento das crises como as dos Açores, Angola e sobretudo a económica. Mas elas ficaram maximizadas com o falhanço de alternativas não radicais e a viragem decidida do apoio americano.

## Cenário E: ditadura fascista

Simplemente, o curioso no CENÁRIO D, cuja base social se alimentaria da mbdia, e pequena burguesia e algum proletariado rural, é que a sua degeneração para o CENÁRIO E aparece como relativamente possível.

Sinal disso mesmo é que, na sua esmagadora maioria, os factores favoráveis e desfavoráveis são comuns, e a própria necessidade de fazer frente aos segundos poderia conduzir a rápida descida do cenário D para o cenário E ou uma modalidade mista.

A agudização da crise

económica e a tendência para o afastamento compulsivo de forças políticas e sociais reminentes a uma viragem à direita gerariam, naquele caso, o endurecimento do regime, e a formação de uma armadura repressiva, encoberto o campo aberto reconcedido ao grande capital nacional e estrangeiro.

A tudo isto se soma a acção externa de movimentos clandestinos, cuja experiência tem sempre revelado resvalarem nos momentos de acção para a posição mais extrema.

## Síntese provisória

Do que fica dito se poderá inferir (provisoriamente) que são a pequena e média burguesia e o proletariado rural (numericamente mais fortes) que servem de "volante" nas alianças de classe que dão base aos vários cenários. Um "volante", cuja orientação é determinada por condições económicas e sociais, e pelo enquadramento político e religioso que tende a ganhar crescente dimensão.

Neste contexto, a curto prazo, os cenários que parecem colir maiores oportunidades são o B e o C: aquele a título transitório e parcelar; este sujeito a vicissitudes difíceis, mas com possibilidade de certa durabilidade.

O decurso do tempo, em qualquer caso para o cenário B, e em caso de agudização de condições para o cenário C, jogam decididamente contra eles.

Não obstante parece ser o cenário C — de democracia socializante o mais viável do leque que se poderá chamar de esquerda.

U tempo, na sua acção, trabalha a favor dos cenários de centro e de direita sobretudo se a indefinição de cenário de esquerda postergar a retardar a solução de problemas económicos sociais e políticos.

Dentro dos cenários não-esquerda diremos que o D é uma fórmula que corre o risco de ser transitória para o cenário E.

E, assim, a alternativa que parece pôr-se, com clareza e desapaixonadamente, ou o cenário C a muito curto prazo, ou um cenário D, que pode ser radicalizado para E a médio prazo.

O tempo dirá se temos ou não razão.